

Recortes de Imprensa

Novembro 2017



Apoio:



‘Se eu morresse e vivesse outra vez podia ser um menino normal’

Esta é a história de uma das oito crianças vítimas de abusos por oito adultos numa casa em Palmela. Um caso entre outros de crianças que tentam recuperar do trauma sem apoio psicológico

Justiça
Ana Dias Cordeiro

Quando a avó Laurinda chegou para o ir buscar, à Divisão de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (PJ) de Setúbal, o menino estava muito magro, sujo e mal vestido. Passara lá o dia todo. O raide à casa onde oito adultos abusaram sexualmente de oito crianças, durante quase dois anos, tinha acontecido às primeiras horas da manhã desse dia 25 de Junho de 2015, quando “todos dormiam”.

Renato destacou-se dos outros meninos, porque deu pulos na cama dando vivas aos polícias ao mesmo tempo que dizia “estamos salvos! Estamos salvos!”, soube a mãe Vanda, que se constituiu assistente do processo.

O seu mundo não ruuiu de uma vez – desabou aos poucos. Primeiro com as revelações de que o filho vivera com o pai numa casa onde este último era um dos principais suspeitos de abusos. Nessa altura, Vanda vivia e trabalhava no Algarve e via o filho de forma muito espaçada. Nesse mês de Junho de há dois anos – quando o ex-marido e outros dois principais arguidos ficaram em prisão preventiva – começou por pensar que Renato tinha sido poupado ao que de mais violento se passava na casa onde festejou os cinco anos.

Mais tarde, imaginou que ele poderia ter sido exposto para fins de pornografia infantil, mas não vítima de abusos físicos – a acusação veio a confirmar que o foi “um número indeterminado de vezes”. Depois das perícias na PJ, Renato fez declarações para memória futura no tribunal e foi ouvido para perícias psicológicas no Instituto Nacional de Medicina Legal (INML).

Pedidos de ajuda

Desde o início, Vanda bateu a várias portas a pedir apoio psicológico para

o filho então com seis anos. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Lourinhã, onde então Vanda passou a residir com Renato e a filha mais velha, não tinha psicólogo. Formalmente, quando isso acontece, a CPCJ reencaminha o pedido para o centro de saúde ou para a câmara municipal, explica a secretária (adjunta da presidente) desta CPCJ, Sara Gonçalves. Porém, acrescenta, a CPCJ não pode avançar com qualquer iniciativa formal “sem o consentimento de ambos os pais”. A mãe deu consentimento e pediu ajuda. O pai estava preso e não chegou a autorizar.

Perante a insistência de Vanda, a CPCJ aconselhou-a informalmente a tentar ela própria uma consulta num dos dois locais – centro de saúde ou câmara municipal –, o que não lhe foi garantido por falta de recursos e obrigatoriedade de ficar em lista de espera. Nenhuma entidade teve em conta a excepcionalidade da situação de Renato.

Respostas desarticuladas

Só em Novembro de 2015, quando exigiu, no Hospital de Torres Vedras, que o filho fosse acompanhado, ameaçando com “um escândalo na televisão”, conseguiu marcar consulta. Tinham passado cinco meses do fim dos abusos. Renato começou a ter apoio psicológico regular mas pouco frequente – de três em três semanas, em média.

“O apoio psicológico devia ter sido coordenado pelas várias entidades que tinham conhecimento do processo”, considera Vanda. “Eles são responsáveis sem serem responsáveis, porque não está nada escrito sobre quem deve providenciar esse apoio. Se deve ser a PJ, o Instituto de Medicina Legal, o tribunal, a Segurança Social.”

Na realidade, essa responsabilidade não está definida. “O que falta aqui é não haver uma entidade que tenha a responsabilidade de fazer a



‘Ele lembra-se de tudo, sabe tudo, apenas não atribui a gravidade certa aos actos’ que sofreu, diz a mãe.

‘É difícil explicar a uma criança impedida de falar durante tanto tempo que deve contar o que se passou com ela’

avaliação das necessidades da criança”, sublinha Cristina Soeiro, psicóloga forense e responsável da Escola de Psicologia da PJ. “Não existe um procedimento estruturado, e é importante que exista. É preciso melhorar e aumentar as respostas integradas dos vários serviços.”

Na resposta ao PÚBLICO sobre um eventual dever de informação às vítimas sobre a possibilidade de serem apoiadas, a Direcção Nacional da PJ remete para o artigo do Código de Processo Penal que determina que “a direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal”, e estes “actuam sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional”. Nem o Instituto da Segurança Social nem o Tribunal de Setúbal, a quem foram

dirigidas perguntas semelhantes, responderam em tempo útil.

Os apoios são locais e variam de local para local, confirmam dois magistrados do Ministério Público. Existem associações, como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que tentam colmatar essas faltas no sistema há vários anos. Em Janeiro de 2016, lançaram a rede CARE – Rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

Porém, foi junto da CPCJ da Lourinhã que Vanda reforçou o pedido de acompanhamento psicológico de Renato, quando ouviu da boca do próprio filho, no dia 26 de Outubro de 2015, o que realmente tinha acontecido. Voltavam da perícia psicológica no INML, em Lisboa. “famos no carro, e

Durante cinco meses, Vanda (nome fictício) tentou, sem conseguir, ter apoio psicológico para o filho

NIUNO FERREIRA SANTOS

capacidade para aguentar o que ele tem para dizer. “Ele diz que não quer ver a mãe triste.”

Quando recebeu em casa a acusação, Vanda não foi capaz de a ler. O companheiro leu por ela, chorou durante horas e implorou-lhe que não lesse. Um dia, diz Vanda, terá de o fazer. Pelo filho.

Sabe em traços gerais o que levou o Ministério Público a proferir a acusação em Junho de 2016, um caso com crianças muito pequenas (entre cinco e 14 anos) e adultos que agiram em grupo, o que faz deste, de acordo com uma fonte conhecedora do processo, “um caso muito grave” no qual os agressores têm muitos factores de risco, de reincidência: oito arguidos foram acusados por centenas de crimes de abuso sexual de crianças, crimes de violação agravada, actos sexuais com adolescentes, crimes de pornografia de menores agravada e lenocínio agravado.

O principal arguido, líder da suposta seita “Verdade Celestial” que obrigava as crianças a manterem relações sexuais com ele e os outros adultos, sob pena de serem amaldiçoadas ou de algo muito grave acontecer às suas famílias, apresentava-se como “purificador”, lê-se no despacho de acusação. Considerava que, para serem purificadas, “as crianças não deveriam ter mais de 12 a 14 anos”. Quando com ele tinham sexo oral ou anal, e a criança começava a chorar, tapavam a boca à criança para abafar o som, diz ainda o documento numa referência a abusos filmados e cujas imagens foram encontradas no vasto material informático apreendido.

“Tu salvas-me, avó?”

Nos primeiros meses a viver com a mãe, e depois com a mãe em casa da avó, Renato tinha muitas vezes o sono assombrado por medos e pesadelos. Gemia e chorava, acordava a suplicar, em voz alta, para ser salvo.

Ainda hoje, acontece por vezes acordar assustado: “Larguem-me! Não me agarrem!” E quando acontece, ele implora, ainda adormecido: “Não me levem daqui.” E, já acordado: “Tu salvas-me, avó?”

O que se passará na cabeça dele?, interroga-se a mãe. “Ele não quer lembrar-se, está a guardar tudo lá

dentro. Meteram-lhe na cabeça que aquilo era normal. Mas já conseguimos que ele abrisse a caixinha. Disse-me que o pai o obrigava a beber cerveja. Eu tento não pensar nisto numa base diária. Mas é difícil”, diz Vanda. Interrompe a entrevista, pede para continuar noutro dia.

Laurinda fala sem vacilar. “Isto é um pesadelo. Enquanto o julgamento não terminar, o meu neto não está livre de que o chamem”, diz. “Então as crianças não merecem ter paz de espírito? Os pais não merecem ter paz de espírito? E saberem que os responsáveis vão pagar pelo mal que fizeram?”, interroga-se, indignada.

O julgamento decorre desde Janeiro de 2017 no Tribunal de Setúbal. As alegações finais, que antecedem a última sessão na qual é feita a leitura do acórdão, foram adiadas pela quarta vez, souberam os advogados na última segunda-feira. Não apenas por razões de saúde do juiz que preside ao colectivo. Também porque as perícias psicológicas dos arguidos, pedidas pelos advogados de defesa ao INML, ainda não foram entregues ao tribunal. As que foram feitas por psicólogos forenses da PJ não são aceites pela defesa.

Foi difícil dizer ao menino, então com seis anos, que o pai ia ficar preso: “Quando ele perguntava, dizia-lhe: ‘O pai ainda está lá com os polícias’”. “E ele não pode falar comigo?”, perguntava. “Ele está de castigo, tiraram-lhe o telefone.”

O Código de Processo Penal prevê uma duração máxima de prisão preventiva até três anos e quatro meses, em processos de “excepcional complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos”. Os três principais acusados neste processo estão presos preventivamente há quase dois anos e meio.

Reprender de forma instrutiva

“Só quero que ele tenha uma vida em que seja feliz. Uma vida normal na visão que ele terá da vida. Se for homossexual, que seja feliz na sua homossexualidade. Vivo com o medo que ele se meta nas drogas, ou a roubar, ou noutras coisas...”

No mês passado, Renato surpreendeu a avó: “Sabes uma coisa? Eu gostava de morrer. Se eu morresse

“O que falha aqui é não haver uma entidade responsável por avaliar as necessidades da criança”

Cristina Soeiro

Psicóloga forense

APAV apoiou 400 crianças desde 2016

Na ausência de uma resposta garantida pelo Estado de que as crianças vítimas de abusos recebem apoio psicológico, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lançou no início de 2016 uma rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual (CARE).

O impacto desse apoio é diferente consoante as famílias, as crianças e a fase em que estas estão nos processos, logo após os abusos, antes, durante ou depois do julgamento dos agressores. Porém, “quanto mais precoce for a intervenção, maior a probabilidade de sucesso”, admite Carla Ferreira, gestora da equipa técnica desta rede da APAV.

Das cerca de 500 pessoas que apoiou ou apoia desde Janeiro de 2016, 400 são crianças e, destas, cerca de metade tem acompanhamento psicológico. Cerca de 25% das situações foram referenciadas pela Polícia Judiciária. O Ministério Público assumiu esse papel de intermediário em 23% das situações. Pessoas que contactaram a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima por iniciativa própria representaram 13% das situações. A comunicação social deu o alerta em 3% dos casos.

A existência da rede foi amplamente divulgada junto das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), que podem referenciar crianças para que lhes seja prestado apoio, mesmo que a isso “não sejam obrigadas”, indica Carla Ferreira. As CPCJ serviram de ponte em apenas 1% dos casos. Outras entidades da comunidade, como a escola, também referenciam situações.

e vivesse outra vez, podia ser um menino normal.” Laurinda não ficou sem palavras e disse-lhe que ele é uma criança como as outras. “Mas como é que eu digo ao menino que é normal o que lhe aconteceu?”, desabafa agora.

“Temos de saber a todo o momento agir com ele para que não sofra”, salienta Vanda. “Não podemos ser demasiado permissivos nem demasiado rígidos. Temos de o educar como a qualquer outra criança, mas ele não é como qualquer outra criança. Quando é preciso, tem de ser repreendido. E nós repreendemos, instrutivamente.”

Renato é muito pequeno, come muito, mas continua magro. Como se o desenvolvimento físico tivesse parado pelo que se passou, diz a mãe. Durante meses, passou fome. Os agressores preferiam as crianças magras, lê-se na acusação.

Hoje com oito anos e meio, Renato frequenta o 3.º ano do ensino básico, nunca chumbou e não revela problemas de comportamento. “Quando ele começar a ter noção do que lhe fizeram e que o pai não o protegeu, como vai ele reagir?”, questiona-se a avó. Não tem esperanças, tem dúvidas: “Como vai ele crescer?”

Vanda e Laurinda vivem numa corrida contra o tempo, sem saberem em quantos pedaços ficou a vida do menino, a sua infância, o seu desenvolvimento, a sua confiança no mundo e nos outros.

“Se não queria deixar o filho com a mãe, que não tinha condições económicas, não teria sido melhor deixar com os seus pais, os avós paternos, do que vender o filho?”, indigna-se Laurinda. Lembra que Renato “vinha muito mal”. Mesmo tão pequenino, “gritava e era agressivo”.

Ele tem melhorado porque tem a família, a ligação familiar, dizem ambas em entrevistas em separado. “Brinca, vai à praia, come gelados, não pode comer doces”, diz Laurinda, rindo. “É o trivial numa família normal, com cães, gatos, carinhos, mimos e castigos quando se porta mal. Ele não sabia que tinha tanta família. Não sabia que podia ser tão feliz.”

Renato, Vanda e Laurinda são nomes fictícios

acordeiro@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXVIII • n.º 10.059 • 1,20€ • Quinta-feira, 2 de Novembro de 2017 • Director: David Dinis Adjuntos: Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro, Vítor Costa Directora de Arte: Sónia Matos



Dragões-de-komodo
A próxima geração de remédios virá destes répteis?

Ciência, 24/25



Entrevista
Uma nova crise financeira global é possível? Michael Ash avisa que nada mudou

Economia, 18/19

Televisão
De Sete Palmos de Terra a Westworld, Alan Poul já viu e produziu de tudo

Cultura, 26/27

Orçamento Bónus para reformas antecipadas nos anos da *troika*

Costa abre a porta a mais um pedido do Bloco para o OE 2018 • Governo estima em dez mil as pessoas que foram penalizadas • Solução pode passar pelo complemento solidário para idosos **Política, 8/9 e Editorial**

Alunos de Lisboa vão ter manuais escolares grátis até ao 9.º ano

Decisão resulta do acordo de coligação na Câmara de Lisboa selado entre Medina e o Bloco. Também haverá cedências na habitação e transportes **p10**



Estado não garante apoio a crianças vítimas de abusos

O PÚBLICO reconstituiu a história de um dos oito menores violentados por uma seita em Palmela **p12/13**

Entrevista ao ministro do Ambiente

IRS nas rendas "pode ser competitivo" se descer para 20%

Incêndios? "O meu peso na consciência é enorme"

p4 a 6



MIGUEL MANSO



Polícia detém novo suspeito de atentado em Nova Iorque

Terrorista com ligações ao Daesh estaria a preparar ataque há um ano. Trump dispara para todo o lado **p2/3**

No que pensam os jovens russos 100 anos após a revolução

A geração russa que nasceu depois do colapso soviético descrê da voracidade do capitalismo **p22/23**

Relatório dos Panama Papers condena 'apagão' nos offshores

Comissão de inquérito do Parlamento Europeu cita o caso português, sem poupar autoridades europeias **p20**

APAV Açores



COORDENAÇÃO SÍLVIA BRANCO | EMAIL: silviabranco@apav.pt

Bullying - Uma Realidade Preocupante

Nota de Abertura

APAV Açores 10 Anos a Dar Voz ao Silêncio

Uma pesquisa realizada pelas Nações Unidas no ano passado com 100 mil crianças e jovens de 18 países mostrou que, em média, metade deles sofre em algum tipo de *bullying* por razões como aparência física, género, orientação sexual, etnia ou país de origem.

Os números constam no relatório "Pondo fim à tormenta: combatendo o *bullying* do jardim de infância ao ciberespaço", realizado pelo representante do secretário-geral da ONU para o combate à violência contra a criança e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

De acordo com as estatísticas da APAV relativas a 2016, foram registados 116 casos de *bullying*. No entanto, as estatísticas estão longe de refletir fielmente a realidade, uma vez que o número de cifras negras é ainda assustadoramente elevado. Na verdade, trata-se de um fenómeno de violência em relação ao qual ainda existe tendência para considerar comportamentos como o empurrar, roubar a mochila ou outros objetos pessoais ou chamar nomes como situação de violência normal.

Importa, por isso, sensibilizar para a existência e danosidade cada vez mais frequente de comportamentos de *bullying*. ♦

O *bullying* coloca em causa o bem-estar e desenvolvimento saudável da criança ou jovem vítima

Bullying é uma forma de agressão entre pares que assume um padrão continuado, ocorrendo de forma regular e sistemática ao longo do tempo. Pressupõe a existência de um desequilíbrio de poder entre vítima e agressor/a, que coloca a vítima numa posição de maior fragilidade e vulnerabilidade; Tem como objetivo causar mal-estar e sofrimento, humilhar e controlar a vítima.

O *bullying* pode envolver a prática de diferentes comportamentos agressivos, com ou sem contacto ou confrontação direta entre vítima e agressor/a.

De entre os primeiros, destaca-se a agressão física, a agressão sexual e a agressão verbal. Já no domínio dos comportamentos de *bullying* cuja prática não obriga ao contacto ou confrontação direta entre vítima e agressor/a, refira-se a agressão social e relacional, as tentativas de exclusão/isolamento social e o *cyberbullying*.

Além da vítima e do/a agressor/a, o *bullying* pode envolver outros intervenientes, nomeadamente alunos/as e colegas que testemunham a ocorrência do episódio de *bullying*.

O *bullying* não se encontra tipificado enquanto crime no Có-

CORTA COM A VIOLÊNCIA QUEM NÃO TE RESPEITA NÃO TE MERECE



digo Penal Português. No entanto, alguns dos seus comportamentos podem ser punidos pela Lei em vigor.

Quem é a vítima?

Qualquer criança ou jovem pode ser vítima de *bullying*. No entanto, o *bullying* afeta, com maior frequência, crianças mais novas, a frequentar o ensino básico, ocorrendo uma diminuição do risco de (re)vitimação com o aumento dos anos de escolaridade. As crianças e jovens do género masculino possuem maior probabilidade de serem vítimas de *bullying* físico, de *bullying* verbal e/ou de *cyberbullying*. Já

as raparigas apresentam maior probabilidade de serem alvo de comportamentos de *bullying* de natureza social e relacional.

Outros fatores que aumentam o risco de vitimação podem ser referidos, como:

- Isolamento social e/ou rejeição por parte dos pares/colegas;
- Ausência de normas e medidas claras relativamente à violência em contexto escolar.

Qual o impacto?

O impacto do *bullying* na vítima é muito variável, sendo agravado ou atenuado por um conjunto de características relacionadas com a violência praticada,

com a própria vítima e com a sua rede de apoio.

A criança ou jovem vítima de *bullying* pode, por isso, manifestar um conjunto diversificado de sintomas e de consequências decorrentes da experiência de vitimação.

Alguns dos sintomas e consequências que podem surgir são: Lesões físicas, danos nos objetos pessoais e/ou no material escolar que a criança ou jovem não é capaz de explicar; Mal-estar físico associado à frequência escolar ou sem razão médica aparente, como dores de cabeça e/ou de estômago, náuseas, insónias, pesadelos; Recusa ou recusa em frequentar a escola;

Fugas da escola;
Diminuição do rendimento escolar e da assiduidade;
Evitamento de conversas em torno do tema "escola";
Afastamento em relação aos pais e amigos/as;

Violência autoinfligida, como comportamentos de auto mutilação, ideação suicida e tentativas de suicídio.

A criança ou jovem vítima de *bullying* pode também manifestar outros sintomas não referidos ou revelar-se assintomática perante a experiência de vitimação.

Na ausência de qualquer tipo de intervenção ou atuação, o *bullying* tende a perpetuar-se e a agravar-se, com consequências cada vez mais danosas.

A intervenção dos profissionais e dos adultos é, por isso, absolutamente fundamental para identificar, cessar e prevenir comportamentos de *bullying*. ♦



PRÉCIO É AJUÁ,
=UI VÍTIM D CRIM

FALE CONNOSCO PELO MESSENGER OU POR VIDEOCHAMADA
HÁ UMA NOVA FORMA DE COMUNICAR



Victim Support Europe



apav.pt



Co-financiado pelo Programa Justiça da União Europeia



**“POUPAMOS JUNTOS,
AJUDAMOS JUNTOS”**

Associação Mutualista Montepio associa poupança e solidariedade e cidadania e desafia associados a apoiar a APAV, FENACERCI e Associação ZERO.





Marcelo R. Sousa

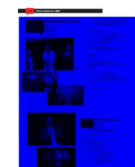
Associações recebidas

• Marcelo Rebelo de Sousa recebeu ontem representantes da associação feminista Capazes, da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, que lhe demonstraram preocupações com os crimes de violência doméstica e de género. No final do encontro em Belém, que durou mais de uma hora, o PR não teceu comentários.

**MUTUALISMO****POUPAR PARA AJUDAR
QUEM MAIS PRECISA**

Com a campanha 'Poupamos juntos, ajudamos juntos', a Associação Mutualista Montepio assume o compromisso de entregar o equivalente a um por cento do que os seus associados pouparem nas modalidades Poupança Reforma e Poupança Complementar à APAV, Fenacerci e Associação Zero.





ACÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL
//PRÉMIO



TRABALHO: VAMOS PÔR O SEQUEIRA NO LUGAR CERTO
CLIENTE: FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP/MNAA/PÚBLICO
AGÊNCIA/EMPRESA: FUEL/MNAA/PÚBLICO

FUEL

CEO: MIGUEL BARROS

DIRECTOR DE DESENVOLVIMENTO: JOÃO RIBEIRO

DIRECTOR DE CONTAS: DUARTE SIMÕES

EXECUTIVA DE CONTAS: VÂNIA ARAÚJO

DIRECÇÃO CRIATIVA: MARCELO LOURENÇO, PEDRO BEXIGA, RUBEN ANDRADE

FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP

PRESIDENTE: JOAQUIM FERNANDO NOGUEIRA

GAMNAA

JOSÉ BLANCO

MNAA

DIRECTOR: ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL

ISABEL CORDEIRO, PAULA BRITO, CLARA DE SOUSA, ANA SOUSA

PÚBLICO

ADMINISTRADORA: CRISTINA SOARES

DIRECTORA EDITORIAL: BÁRBARA REIS

JORNALISTAS: ISABEL SALEMA, LUCINDA CANELAS

DESIGN DIGITAL: DINIS CORREIA, ANDREA ESPADINHA, MIGUEL CABRAL

RTP

PRESIDENTE: GONÇALO REIS



ACÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL
//MENÇÃO HONROSA

TRABALHO: CAMPANHA APAV

CLIENTE: APAV

EMPRESA: TVI

CONCEITO: FILIPE TERRUTA, RAQUEL MARTINS

COPY: RAQUEL MARTINS

EDIÇÃO DE IMAGEM: RAQUEL MARTINS

GRAFISMO: DANIEL CARMONA

ÁUDIO: JOÃO PAULO REBELO

COORDENAÇÃO COPYWRITERS: MIGUEL SOMSEN

COORDENAÇÃO EDIÇÃO: HUGO PINTO

COORDENAÇÃO GRAFISMO: PAULO TRINDADE

CHEFE DE DESIGN: RUI RIBEIRO

CHEFE DE PROMOÇÕES: TERESA FERNANDES

DIRECÇÃO CRIATIVA: FILIPE TERRUTA



ID: 72178546

12-11-2017

Comportamento

SÉRGIO CONDEÇO/WHO

“Se não és minha, não és de mais ninguém”

“Se me deixas, mato-te.”
 “Se não voltas para casa, ponho fotos tuas na internet.”
 “Se pedires o divórcio, fico eu com os filhos.” O fim da relação nem sempre significa o fim da violência. Como veio mostrar o caso julgado pelo Tribunal da Relação do Porto – conhecido pela onda de indignação gerada pelo acórdão –, o momento da rutura e os meses seguintes podem ser perigosos para as mulheres que ousam dizer “não te quero mais”



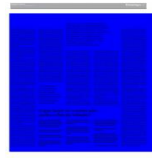
SOFIA TEIXEIRA

Notícias Magazine/Açoriano Oriental

O acórdão no qual o magistrado Neto de Moura cita a Bíblia, a sharia e uma alínea do Código Penal de 1886, divulgado há 15 dias, deu muito que pensar e permite várias leituras. A primeira, e mais discutida, centrada no texto do acórdão, mostra os perigos óbvios da misoginia de quem exerce poderes públicos. A segunda, observando as reações vindas da opinião pública, torna claro que a fundamentação machista continua a ter mais apoiantes do que seria de esperar, o que significa que a causa feminista tem muita luta pela frente. E a terceira, centrada nos factos provados desta história – já que o ataque foi perpetrado pelo ex-marido e pelo ex-amante –, lembra-nos que a violência doméstica não se esgota com o fim da relação. Na realidade, pode aumentar. É quando a mulher comunica que quer terminar a ligação, quando sai de casa ou quando não cede aos pedidos para reatar relações que as consequências mais bárbaras podem abater-se sobre ela. Foi o que aconteceu neste caso: o ex-amante iniciou um ciclo de perseguições, «esperas», chantagem e intimidações e o ex-marido, ao que parece, disse repetidamente à filha que lhe apetecia matar-lhe a mãe. Não foram ameaças vãs.

Esta discussão acontece num momento em que Portugal entregou há pouco tempo no Conselho da Europa o relatório nacional sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, ao abrigo da Convenção de Istambul, e está prestes a começar a ser avaliado pelo trabalho que tem feito nesse sentido. Esta convenção internacional, em vigor em Portugal deste 2014, tem carácter vinculativo e destina-se precisamente a reforçar a prevenção e a ação penal para a eliminação da violência contra as mulheres. Entre outras razões, para impedir discursos como o do polémico acórdão, que apadrinha a ideia de que a culpa da agressão à mulher é da própria mulher.

O relatório oficial conta tudo o que o país tem feito para prevenir e eliminar este género de violência, mas, paralelamente, um conjunto de mais de vinte organizações da sociedade civil enviou para o Conselho da Europa



Quando o pós-rutura traz problemas como ameaças ou stalking há sinais no passado, mesmo que não muito óbvios. “Pode não existir violência evidente, mas existirão outras formas de controlo. Depois há uma escalada na altura da separação.” O problema é que isso nem sempre é lido da maneira correta: há quem continue a achar que ciúme e controlo são apenas manifestações de amor.

e com o Ministério Público, em que analisou os 43 dos 45 processos-crime por homicídios conjugais ocorridos em Lisboa, entre 2010 e 2015: mais de metade das vítimas estava em processo de separação por iniciativa própria e, destas, quase 70 por cento das mortes aconteceram até dois meses após a separação.

«Cada caso é um caso, mas se já existe violência na relação não ser prudente transmitir diretamente ao agressor que se pretende abandoná-lo», alerta Sónia Reis, da APAV. Na realidade, quando o pós-rutura traz problemas como ameaças ou stalking há sinais no passado, mesmo que não muito óbvios. «Pode não existir violência evidente, mas existirão outras formas de controlo. Depois há uma escalada na altura da separação.» O problema é que isso nem sempre é lido da maneira correta: há quem continue a achar que ciúme e controlo são apenas manifestações de amor.

Como Cláudia, que achava que tinha uma relação normal até decidir terminá-la. Quando, após dois anos, a enfermeira de

30 decidiu pôr fim ao namoro, percebeu rapidamente o que não tinha percebido nos dois anos anteriores: ele não iria facilitar-lhe a vida. Na noite em que lhe comunicou a sua decisão recebeu doze mensagens no telemóvel, nas quais ele declarava o seu amor e lhe pedia para reconsiderar. Atendendo aos dois anos de relação «normal» que estavam para trás, não conseguiu deixá-lo sem resposta. «Comecei por responder por delicadeza, mas fui muito clara: a decisão estava tomada e não ia voltar atrás.» No dia seguinte, quando acordou, tinha mais cinco mensagens no telemóvel e três no chat de Facebook e, quando abriu o computador, havia um e-mail de duas páginas enviado de madrugada, em que, entre outras coisas, ele dizia que tinha vontade de se suicidar. «Percebi logo que, ao contrário do que pensava, ia ter muitos problemas.»

Daí para a frente foi sempre a piorar. Pediu para não voltar a ser contactada, não acedeu aos vários pedidos para se encontrarem pessoalmente e explicou que se

sentia assediada. E foi assediada. Durante os dois meses seguintes, recebeu várias mensagens quase todos os dias, chamadas e dezenas de e-mails. Chegava a casa e tinha flores à porta. O ex-namorado aparecia no supermercado onde ela fazia compras, no café ao pé da casa dos pais dela e algumas colegas viram-no, mais do que uma vez, à porta do sítio onde trabalhava. «Nunca me ameaçou verbalmente, mas o comportamento em si era ameaçador e intimidante.» O problema acabou por se resolver sozinho quando Cláudia arranhou trabalho fora de Portugal, mas ela acredita que as coisas teriam sido diferentes se tivesse ficado. «No mínimo, iria fazer-me a vida num inferno.»

«São situações que se enquadram no crime de stalking», explica Maria Macedo. «São muito frequentes nos atendimentos que fazemos e, infelizmente, às vezes são difíceis de provar.» E incompreendidos. A própria vítima chega a imaginar que está a inventar coisas. Sente um mal-estar indefinido e, se partilha o que sente com os outros, arrisca-se a ouvir dizer que o agressor não está a fazer-lhe mal, só a ama.

Mariana, uma das muitas vítimas apoiadas pela APAV, tem hoje a sua própria casa, onde vive com o filho, de 12 anos, e considerava-se uma pessoa feliz. Mas nem sempre foi assim. Passou 14 anos num casamento com violência física e psicológica e percebeu que as ferramentas de quem agride são muitas. Como explicam os especialistas, todos os agressores têm uma estratégia e nem sempre passa por subjugar através de violência física.

O marido de Mariana percebeu o que mais a prendia à relação: Nelson, o filho em comum. «De certa altura para frente, sempre que eu falava no assunto ele respondia: “Queres ir, vais sozinha. O menino não levas.”» Quando foi para uma casa-abrigo, o ex-marido manteve-se fiel à estratégia de pressão: fez queixa por rapto de criança. O tribunal entregou a guarda a Mariana, e apesar de o pai ter direito a estar com o filho, nunca está. Não admira que a liberdade e o sossego sejam o que Mariana mais preza na sua nova vida. Sensações que se materializam em coisas tão banais como poder ir para a cama sabendo que não vai entrar ninguém porta adentro para a magoar.*

um relatório-sombra – um contraponto ao relatório oficial, que dá conta de tudo o que ainda não funciona e falta fazer. Datado de 7 de outubro – e portanto anterior a o acórdão ter sido tornado público –, nele consta já o alerta de que o sistema judicial não é amigável na abordagem às vítimas e promove uma segunda vitimização.

Revela ainda que, em 2015, 91 por cento das condenações por violência doméstica resultaram em penas suspensas. Não só mas também porque continua a haver uma cultura de responsabilização da vítima.

A Organização de Mulheres contra a Violência (AMCV) foi uma das organizações que coordenaram a task-force de ONG que produziu este relatório e, talvez por isso, o episódio choca a sua diretora técnica, Maria Macedo, mas não a surpreende muito. Histórias destas são ainda, na verdade, o pão nosso de cada dia. «No terreno esbarramos frequentemente em casos nos quais, apesar de o discurso dos acórdãos não ser tão evidente, há uma clara responsabilização da vítima e a desculpabilização dos atos do agressor.»

«O risco de morte é bastante mais elevado na altura da separação. É o momento em que o homem sente que não tem nada a perder e que adota a postura “se não és minha, não és de mais ninguém”», explica Maria Macedo. Uma saída de casa deve ser feita com muito cuidado, por essa razão, tão importante como tomar a decisão de sair da relação violenta é saber como fazê-lo em segurança. «É aconselhável que as mulheres que queiram sair da relação abusiva recorram às organizações de apoio para que possam fazer esse processo acompanhadas, para que haja um estudo do risco, um estudo do perfil do agressor e um plano de saída e de segurança compatível com isso.»

Em cerca de 85 por cento dos casos de violência doméstica a vítima é a mulher. E deixar um homem que não quer ser deixado pode ser a coisa mais perigosa que a mulher já fez. E as mulheres sentem isso, tanto é que muitas vezes evitam ou adiam a saída de casa, com receio das consequências. «Sentem que, enquanto estiverem ali, há o risco de serem agredidas e insultadas, mas o risco de atentado à

sua própria vida é menor», explica a responsável da AMCV. «Há muito medo», confirma Sónia Reis, psicóloga e gestora da linha de apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Desde logo, porque por vezes a ameaça é explícita. «Há ameaças de morte dirigidas à vítima, a familiares e mesmo aos filhos em comum. Quem é agredido percebe que a outra pessoa não vai admitir que exista uma separação e um possível novo relacionamento sem fazer nada.»

A ameaça é real: as estatísticas confirmam aquilo que os técnicos e as vítimas sabem. O último relatório sobre Femicídio Consumado e Tentado, do Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), de 2016, conclui que 40 por cento dos femicídios foram contra ex-companheiras. E indo atrás no tempo, os dados permitem perceber que o fenómeno não é de agora. Neste ano foram apresentadas as conclusões de um estudo que a Polícia Judiciária fez em colaboração com instituições de ensino

“É aconselhável que as mulheres que queiram sair de uma relação abusiva recorram às organizações de apoio para que possam fazer esse processo acompanhadas”

O que fazer se o outro não aceita o fim da relação?

› Demonstrar o desagrado de forma clara e informar que não se querem mais contactos, mas fazê-lo por telefone, num local público ou na presença de uma pessoa de confiança.

› Nunca aceder em ir falar com a pessoa pessoalmente e/ou sozinho/a.

› Caso os contactos persistam, não reagir, não responder nem tentar conversar.

› Se são enviados presentes, não os devolver já que isso pode ser interpretado como um incentivo ao comportamento.

› Anotar todos os episódios de assédio (o que aconteceu, quando, onde, testemunhas).

› Guardar todas as provas dos contactos insistentes que ele/ela fez, como SMS, chamadas não atendidas, e-mails recebidos, cartas, presentes...

› Falar com alguém de confiança e contar o que se está a passar. Pedir às pessoas próximas que, caso recebam contactos dele/a, não forneçam informações

› Contactar uma associação de apoio à vítima que preste apoio gratuito e confidencial, para ser orientada/o e ser feita uma avaliação do risco.

› Equacionar a denúncia da situação às autoridades.

› Adotar estratégias de segurança: mudar o percurso para a escola ou trabalho, tentar estar sempre acompanhado, evitar locais isolados ou desconhecidos, ter na marcação rápida do telemóvel contactos importantes.

› No caso de perigo iminente ligar 112.

Aumentou a gravidade dos casos de violência doméstica

SÓ ESTE ANO, A APAV DE VILA REAL REGISTOU CERCA DE 350 NOVOS PROCESSOS. 90% DIZEM RESPEITO A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Marisa Santos

• A gravidade e a complexidade dos casos de violência registados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real está a aumentar.

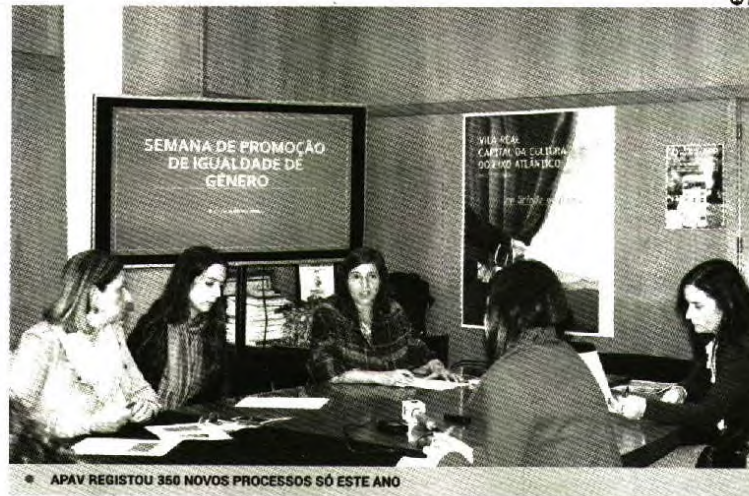
Em 2017, o gabinete de Vila Real acompanhou “350 novos processos, dos quais 80 a 90% dizem respeito a situações de violência doméstica, cujas vítimas principais continuam a ser as mulheres”, revelou Maria José Coutinho, assessora da APAV de Vila Real.

As vítimas são maioritariamente mulheres “de todas as faixas etárias”, e são identificadas situações desde “a violência no namoro até a terceira idade”. “Notamos, cada vez mais, as pessoas com mais de 65 anos a pedirem ajuda e a recorrerem aos nossos serviços, e

inclusive a colocarem termo nas relações abusivas que têm e a começarem uma vida nova”, explicou a responsável.

Embora não tenha aumentado o número de casos de violência, estes são cada vez mais “graves e muito complexos”. “São situações de muito difícil resolução e com situações de violência muito grave e com elevada exigência por parte dos serviços na capacidade de resposta e decisão”, sublinhou Maria José Coutinho.

No país existem mais de 30 casas de abrigo, uma delas em Vila Real, que acolhem mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. São instituições confidenciais e que visam sobretudo fazer esse acolhimento em situações de violência doméstica mais



APAV REGISTOU 350 NOVOS PROCESSOS SÓ ESTE ANO

grave.

A APAV admite que nos “últimos anos houve um aumento de vagas em situações de emergência, que estão relacionadas com situações em que uma mulher, com ou sem filhos sai de casa e tem de ser dada uma resposta de acolhimento imediata porque é uma situação urgente e de risco”, esclareceu a assessora do gabinete de Vila Real, acrescentando que “atualmente, os serviços conse-

guem dar resposta imediata a todas as situações que surgem e que necessitam de acolhimento”.

A Câmara Municipal de Vila Real (CMVR), em parceria com a APAV, o projeto “+ Social”, o projeto CLDS_3G da Cáritas de Vila Real e as associações Catarse e Identidades, estão a promover a igualdade de género, numa iniciativa que se inicia no próximo dia 20 de novembro e termina no dia 25 do mesmo mês.

A Semana de Promoção de Igualdade de Género pretende “consciencializar as pessoas para igualdade de género, para os direitos humanos e contribuir para a erradicação da violência”, explicou Eugénia Almeida, vereadora da CMVR.

A ação começa na próxima segunda-feira com uma marcha silenciosa pelas vítimas de violência doméstica. Na terça-feira, dia 21, novas ações de sensibilização: “igualdade de género”

e “violência doméstica”, dirigidas à população, mas sobretudo aos jovens e às famílias dos cinco bairros sociais de Vila Real interencionados pelo projeto “+Social”.

No dia 22 irão ser colados cartazes onde irão constar os números relativos aos casos de violência doméstica. No dia seguinte, haverá lugar ao ciclo de cinema, que tem como tema “a violência doméstica”, e no dia 24 irá decorrer a peça de teatro “1325” no Teatro Municipal.

A terminar a semana, no dia 25, realiza-se II Seminário da Igualdade de Género, onde serão analisados e debatidos assuntos como o emprego, a precariedade, o empreendedorismo, a violência contra homens e ainda contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros. No mesmo dia, irá ser lançado o vídeo “Vozes da Igualdade”, que envolveu estudantes Erasmus da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) oriundos da África do Sul, França, Roménia, entre outros.



ID: 72247084

16-11-2017

SERVIRURI
VIVEIROS DE FRUTEIRAS
Ribeira dos Machados - Vila Real Email. serviruri@gmail.com Telf. 259 322 324

EDIÇÃO FECHADA ÀS 15H00 DE 16 DE NOVEMBRO

PORTO PAGO

5ª FEIRA | 16 DE NOVEMBRO | 2017 • N.º 3497 • ANO LXXI • € 0,90

SEMANÁRIO

VOZ DE TRÁS OS MONTES

WWW.AVOZDETRASOSMONTES.PT DIRETOR AGOSTINHO CHAVES

GRANDE CONFERÊNCIA DEBATEU A IMPRENSA E A REGIÃO

Num mundo cada vez mais digital, o papel continuará a manter a preferência dos leitores. Esta foi a conclusão do painel da manhã. Depois de uma homenagem ao padre António Maria Cardoso, os oradores da tarde deixaram pistas para o desenvolvimento da região. Seguiu-se uma missa celebrada pelo Bispo de Vila Real e um jantar comemorativo dos 70 anos do jornal



DESPORTO P25 à 32

TACA AFVR

| | | | |
|------------|---|-------------|---|
| Vila Pouca | 1 | A. Arcos | 1 |
| Vila Real | 2 | Bragança | 0 |
| Régua | 3 | Mirandela | 1 |
| St.ª Marta | 0 | P. Salgadas | 1 |

CAMP. PRIO

| | |
|--------------|---|
| Montalegre | 2 |
| Vilaverdense | 2 |
| Mondinense | 1 |
| Arões | 4 |

VILA REAL P10

Padre investigado por alegado desvio de verbas da Cáritas

PESO DA RÉGUA P18

Barcos trazem um milhão de turistas ao Douro este ano

MIRANDELA P22

Resíduos no Cachão com solução à vista

VILA REAL P13

APAV registou 350 novos casos de violência

VILA POUCA DE AGUIAR P22

Unidade de Cuidados Paliativos recebe 18 voluntários

FECHO P36

Iberdrola dá 50 milhões para projetos em sete municípios

A Praça

O NOSSO ESPAÇO PARA SABOREAR.
NOVA ÁREA DE RESTAURAÇÃO.

Venha visitar-nos



ID: 72249813

16-11-2017



Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres

Violência Doméstica: quando o medo pode ser fatal

Sofrem insultos, humilhações, ameaças e agressões físicas. São mulheres e homens, vítimas dos homens, e de mulheres, que amam ou amaram, ou pensam que o fizeram. Casados, divorciados, namorados, todos com histórias semelhantes. Muitas acabam por morrer às mãos do agressor. Violência atingiu uma média de 14 mulheres por dia em 2016, o relatório anual da APAV contabiliza ainda uma média de 19 agressões por semana contra idosos e 16 por semana contra homens. A 25 de Novembro assinala-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Ana Laura Duarte

O casal vivia em união de facto há alguns anos e, à excepção de um estalo que Madalena desvalorizara, não havia agressões. Quando os dois ficaram desempregados e foram chamados para frequentar o programa Novas Oportunidades, ela teve mais sucesso do que ele: "o inferno começou aí" e piorou... Quando ela arranhou emprego.

Todas as noites, quando Madalena chegava a casa, discutiam. "Era contra eu trabalhar", explica. Controlava-a à porta do trabalho, inspecionava-lhe o telemóvel. "Um dia eu estava a fazer o jantar e ele disse que eu mandava mensagens para o meu amante. Tentou tirar-me o telefone e bateu-me. Rebentou-me o nariz. Cai ao chão, bati com a cabeça", conta.

Noutra ocasião, levou tantos "murros e pontapés" que foi trabalhar com os lábios marcados. Noutra ainda dormiu na rua, numa noite fria e chuvosa, para escapar a um ataque com uma faca.

Dessas três vezes, fez queixa na GNR e foi observada por um especialista do Instituto de Medicina Legal, assim como o filho. Mas, mais tarde, Madalena negava tudo, "por medo".

Há três anos escapou por pouco: foi conduzida ao hospital em risco de vida. Sobreviveu, mas não voltou a casa. Entrou, com o filho, numa das 37 casas-abrigo existentes no País para acolher estas vítimas.

"Estive lá um mês a recuperar das lesões e do choque", mas depois foi transferida para outra casa. Por motivos de segurança, ninguém da família sabe onde estão. O marido está preso preventivamente e isso deixa-os mais tranquilos. Mas nem sempre é assim. "Ainda nos falta muito para termos aquilo que sonhamos, e talvez a gente nunca chegue a ter tudo, mas isto já temos. Somos guerreiros e a vitória faz-se por batallas", resume.

As agressões a homens e aos idosos estão a ganhar mais expressão nas estatísticas, mas o retrato-tipo da vítima de crime ainda se escreve no feminino: 82% são mulheres, com uma idade média de 50 anos. Em 2016, conta o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), foram agredidas em média 14 mulheres por dia. Fazendo as contas dá 100 mulheres por semana, 5226 no total daquele ano. Números no mínimo preocupantes.

Estes números representam um ligeiro decréscimo relativamente a 2015, ano em que 5291 mulheres foram vítimas de violência (101 por semana). A maior parte dos crimes de que são alvo são cometidos em contexto de violência doméstica.

"As situações que chegam à APAV são cada vez mais complexas e requerem um maior número de atendimentos. Com a crise que nos últimos anos assolou o país, as instituições de apoio, como as casas-abrigo para vítimas de vio-

lência doméstica, são mais demoradas nas respostas e, por outro lado, as vítimas têm mais dificuldades em autonomizar-se do agressor e em sustentar-se sozinhas uma casa", compara Lúcia Silva da APAV.

Os homens que são vítimas de violência em casa têm vindo a aumentar, nota a APAV. "Não significa que este crime tenha aumentado, mas que a procura de ajuda sim, o que nos leva a poder afirmar que, entre os homens se vai perdendo o estigma associado a estas situações", acrescenta Lúcia Silva.

A técnica explica que "as mulheres agredidas não têm por hábito apresentar queixa à Justiça. Receiam que as autoridades policiais não façam nada e que os companheiros descubram e as maltratem ainda mais". Os pedidos de ajuda são normalmente feitos a instituições e associações como a APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, a AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência, e a Santa Casa da Misericórdia. Algumas destas instituições tem casas de abrigo e casas para acolhimento de emergência, para socorrer.

Deste testemunho de Madalena há uma mensagem a reter: não se isolem no sofrimento, não se deixem dominar, não se transformem numa vítima. Conselhos que valem para mulheres, e homens, casadas, divorciadas e namoradas.



ID: 72249813

16-11-2017



Concerto
93º Aniversário
Banda Filarmónica Ilhense

25 Novembro
Sábado
Salão Paroquial da Ilha às 21h27

Apoio: **P O M B A L** Jornal

ANO 5, NÚMERO 119 | QUINZENAL | QUINTA-FEIRA, 16 NOVEMBRO 2017 | 1 EURO (IVA 6% incluído)

P O M B A L Jornal

DIRECTORA MANUELA FRIAS | E-MAIL POMBALJORNAL@GMAIL.COM | TELEF: 236023075 | 911975237 | 965449868

II CONGRESSO EMPRESARIAL
CONCELHO DE ANSIÃO
II GALA DO EMPRESÁRIO

18 NOVEMBRO 2017
20H00

CENTRO DE NEGÓCIOS DE ANSIÃO

Apoio: **Jornal**

Ciclo Inatel
Junta leva teatro aos Vicentes e à Charneca



Página 11

Guia
Empresa quer ampliar mina de Nasce Água

Página 8

Madeiras
Mais de 5.000 empregos em risco

Página 9

Cultura
Nelson Pedrosa vai coordenar a biblioteca



Página 14

Homem preso por abusar de jovem com deficiência

Um homem foi detido pela Polícia Judiciária e ficou em prisão preventiva por suspeitas de abusar sexualmente de uma jovem de 20 anos deficiente. O caso terá ocorrido numa habitação abandonada na freguesia do Carriço. Pág. 19

Incêndios
Câmara reduz factura da água em zonas ardidas

Página 4

Violência Doméstica
Quando o medo pode ser fatal para as vítimas

Página 5

Desporto
Novos treinadores para o Pelariga e Moita do Boi

Página 22

Projecto Município investe 1,7 milhões em centro cultural no Louriçal

Página 3

FARMÁCIA NOVA DA VILA

Serviços de Nutrição
Ortopedia
Administração de Injeções
Veterinária
Preparação de Manipulados

visite-nos no Facebook

Horário
2ª a 6ª: 8h30 - 20h30
Sáb: 9h00 - 13h00 | 15h00 - 19h00
Dom: 9h00 - 13h00

Entrega ao Domicílio GRATUITA

Cont.: 236 951 533 | 236 149 335
Av. Nossa Sra. da Guia, 40A - Guia



Morte suspeita junto a discoteca

Gravação ilícita Investigação continua para apurar quem filmou e divulgou na net imagens de jovens alunos em autocarro no Porto e de estudante seminua em Braga

PJ descarta abuso sexual em vídeos das queimas

Alexandre Panda
e António Soares
justica@jn.pt

► A Polícia Judiciária (PJ) descartou a existência de crimes de abuso sexual nos casos dos dois jovens filmados num autocarro, na Queima das Fitas do Porto, e das imagens de uma mulher seminua nos festejos académicos de Braga que circularam na Internet em maio passado. Em investigação continuam os crimes de gravação ilícita e de vassa da vida privada, dado que os vídeos foram gravados e postos a circular sem autorização. Os autores ainda não foram identificados.

Os inquéritos chegaram – o primeiro à Diretoria do Norte e o segundo à PJ de Braga – após a divulgação das imagens nas redes sociais. No Porto, o vídeo mostra dois jovens envolvidos num ato sexual, num autocarro da STCP, com outros estudantes a assistir e a filmar, a tirar fotos entre gargalhadas e palmas. Em Braga, a vítima foi filmada no recinto das festas estudantis do Enterro da Gata, junto ao estádio. O relato feito pela própria

– no quadro de uma queixa formal – indica que foi despida parcialmente e que lhe fizeram desenhos no abdómen. O vídeo posto a circular na Internet mostrava o seu rosto.

Em ambos os casos já foram ouvidos vários envolvidos, incluindo as vítimas que, tanto no Porto como em Braga, rejeitaram a ideia de que teria havido abuso sexual, enquadrando as situações nos excessos, designadamente com as bebidas, que são normais nas queimas das fitas.

Investigação complexa

Mais complicado será saber quem filmou as cenas e quem as divulgou na Internet, situações que são passíveis de procedimento criminal. De acordo com informações recolhidas pelo JN, ainda não foi possível determinar as identidades dos estudantes envolvidos. Das várias pessoas já ouvidas ninguém as soube indicar, pelo que, no limite, se tal prevalecer, o inquérito poderá vir a ser arquivado.

No caso do Porto, por exemplo, todos alegaram uma espécie de

indignação :

Ministério abriu inquérito

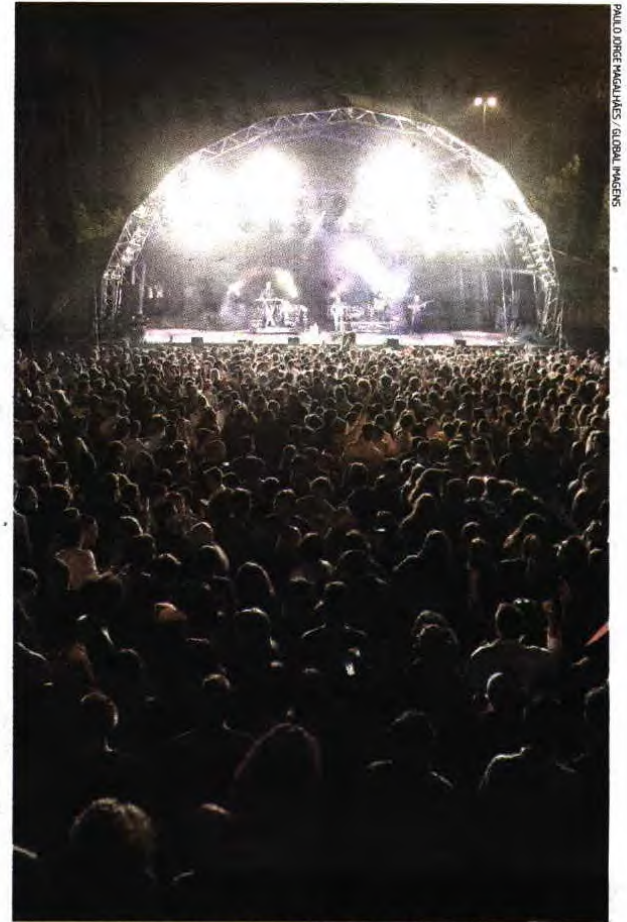
● Na altura, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior mandou abrir inquérito aos dois casos, por considerar que violavam os direitos dos estudantes e exigiu "a responsabilização de todos. Desconhece-se o resultado da averiguação.

APAV manifesta "desagrado"

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima também manifestou "desagrado" face à divulgação "contra a vontade dos seus intervenientes" e violando o "direito à imagem".

"amnésia alcoólica" para justificar e garantir desconhecer tanto o rapaz que se envolveu com a jovem como o autor das imagens.

A divulgação do vídeo, num primeiro tempo em redes sociais e depois no "Correio da Manhã", foi muito criticada por vários quadros da sociedade, levando in-



Ambos os casos aconteceram durante os festejos da Queima das Fitas

Várias pessoas já foram ouvidas mas ninguém soube identificar autores dos vídeos

clusive a Entidade Reguladora da Comunicação Social a instaurar um processo e a condenar a publicação, depois de receber mais de 500 queixas. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e o próprio Governo exigiram o apuramento de responsabilidades quanto à divulgação do vídeo. ●



Patrões trocam salário mínimo por menos impostos P.13

Jornal de Notícias

Interior sem Internet no telemóvel

Operadoras não levam banda larga a 588 freguesias P.4 e 5



Manuel Inácio, da aldeia de São Julião, Bragança, recorre à rede espanhola para usar o telemóvel.

- Viagens dos portugueses estão a crescer 10% ● Procura para destinos como o Algarve e a Madeira também aumenta
- Crise ensinou a planear melhor e a fazer reservas antecipadas P.6

Hotéis esgotados no Porto e Lisboa para férias e feriados



Francisco já recebe medicamentos gratuitos

Associação Dignidade quer alargar programa que beneficia 3125 pessoas

Dívida Banco condenado a indemnizar cliente que pôs na lista negra

Página 18

Internet PJ diz que não houve abusos sexuais nos vídeos das queimas

Página 19

Champions F. C. Porto joga no estádio mais barulhento da Europa

Taça V. Guimarães elimina (2-1) Feirense e segue para os oitavos BTV Benfica ameaça denunciar novo Apito Dourado P. 46 e 47



Porto STCP terá autocarros com cabina blindada para proteger motoristas

Página 23

Braga Alerta dos pais leva PSP a reforçar vigilância nas escolas

Página 28



OPINIÃO

E se este 25 de novembro fizesse a diferença?



POR **CATARINA MARCELINO** / Deputada e ex-secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Dia 25 de novembro assinala-se mais um Dia Internacional para a Erradicação da Violência Contra as Mulheres. Em Portugal temos legislação adequada, ancorada na Constituição Portuguesa e em Tratados Internacionais, que proíbe todas as formas de discriminação com base no género.

Nos últimos 20 anos temos vindo a desenvolver um sistema de proteção às vítimas que integra respostas diferenciadas, que vão desde os serviços de atendimento às casas-abrigo, passando por especialização das forças de segurança até uma rede de Organizações Não Governamentais que está, desde sempre, na linha da frente deste combate.

Contudo, os números continuam a espelhar uma realidade severa e marcadamente de género. Em 2016, as Forças de Segurança registaram 27.681 ocorrências por violência doméstica, nas quais 80% das vítimas são mulheres e 85% dos agressores são homens, sendo que 72% dos casos ocorreram entre pessoas que têm ou tiveram relações de intimidade.

Entre as vítimas do crime de violência doméstica e de género, cerca de 750 mulheres e crianças encontravam-se acolhidas em casa-abrigo ou em resposta de emergência. Acrescem ainda os dados do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR que, em 2016, registaram 53 femicídios, 22 dos quais de forma consumada e 31 na forma tentada.

Perante esta realidade há uma pergunta que não podemos deixar de fazer: porque é que este crime persiste de forma endémica na sociedade portuguesa? A resposta é, no mínimo, perturbadora. A sociedade portuguesa é, numa larga maioria, tolerante com este tipo de crime, porque o fenómeno é considerado pela maior parte das pessoas como um crime menor, um crime que tem a desculpa das relações de intimidade entre homens e mulheres.

No entanto, 2017 trouxe dois acontecimentos que nos interpelam no modo como convivemos com este fenómeno e que espelham sinais que podem indiciar, positivamente, uma mudança coletiva na atitude face a este flagelo.

Primeiro acontecimento – o escândalo de Hollywood com as inúmeras denúncias de assédio se-

xual. As vítimas sentiram-se seguras para denunciar. A indústria do cinema, que detém o poder, reagiu. Os perpetradores foram postos à margem.

Segundo acontecimento – o caso do juiz Neto de Moura. A argumentação ao avesso da Constituição, que enquadrava a confirmação de uma sentença relativa a uma situação de violência contra uma mulher, levantou uma onda de protestos que culminou com a exigência da abertura de um inquérito interno pelo Conselho Superior de Magistratura.

Estes dois acontecimentos dão-nos sinais inequívocos de que podemos estar num momento de mudança face à tolerância social da violência exercida contra as mulheres. Este pode ser o momento em que a sociedade portuguesa tem a oportunidade de promover um pacto social de não aceitação, que rejeite de forma perentória, a perpetuação da vitimização e a impunidade dos agressores.

Continuaremos, certamente, a aperfeiçoar e a melhorar a resposta às vítimas, a apostar na formação das forças de segurança e dos magistrados, continuaremos a sair à rua no 25 de novembro erguendo as vozes contra este flagelo. E continuaremos, enquanto sociedade civil, a organizarmo-nos ativamente para combater a violência contra as mulheres.

Mas, para que este pacto social seja eficaz, é necessária uma manifesta afirmação de poder contra os crimes de violência de género, bem como do repúdio explícito por quem comete os crimes.

É preciso, também, que o Estado, através dos seus mais altos representantes, venha afirmar publicamente que não compactua com esta realidade que nos envergonha enquanto País. É preciso que esta afirmação, de quem tem o poder e a autoridade para a fazer, se junte às vozes das ONG e daquelas que todos os dias procuram sobreviver à violência, mostrando a força efetiva da sanção social contra a prática abusiva. Nesse dia sim, daremos um passo em frente, no combate sem tréguas, à violência contra as mulheres. Esse dia pode ser o dia 25 de novembro de 2017. visao@imprensa.pt

Podemos estar num momento de mudança face à tolerância social da violência exercida contra as mulheres

Nota: Catarina Marcelino é a nova cronista da rubrica online *Bolsa de Especialistas*, com a pasta da Cidadania e a Igualdade. Mensalmente em visao.pt



#NEMMAISMINUTODESILÊNCIO

by SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA

NO ÂMBITO DO 25 DE NOVEMBRO, DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade lança uma campanha em parceria com diversas organizações que atuam no

terreno da defesa dos direitos das mulheres vítimas de crime (APAV, CIG, UMAR, MDM, APMJ, AMC e Capazes). A Liga Portuguesa de Futebol associou-se, também, ao movimento, que tem como mote #NemMaisMinutodeSilêncio,

através de uma ação onde os jogadores de futebol das equipas com jogos marcados entre 23 e 27 de Novembro farão 1 minuto de silêncio pelas mulheres vítimas de violência em Portugal.



ID: 72372976

24-11-2017

DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

HOJE O auditório da Junta de Freguesia de S. Victor acolhe hoje, pelas 15h00, uma ação de sensibilização intitulada "Violência doméstica e serviços de apoio à vítima".

A sessão contará com a presença de um agente da PSP e da coordenadora do Gabinete da APAV de Braga.



Dia pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres assinalado com mais postos de defesa

Foi aprovado em Assembleia da República a abertura de mais 270 postos de atendimento para apoio direto a vítimas de violência doméstica, na GNR e PSP. Uma medida inserida no Orçamento de Estado para 2018 para uma atuação em proximidade e intervenção imediata, na defesa e proteção das vítimas.

O Relatório Anual de Segurança refere que faltam implementar postos de atendimento a vítimas de violência doméstica em cerca de 270 esquadras. Um programa que já entrou em vigor em 2016 e prevê por ano 90 milhões de euros para equipamentos, formação e infraestruturas da PSP e GNR.

Em Setúbal, enquanto a medida não começa a ser implantada, no âmbito do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Con-



[DR]

tra as Mulheres, a Câmara Municipal aprovou uma moção a propósito do Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinala a 25 de novembro, na qual repudia todas as formas de violência.

A moção lembra as mulheres que este ano foram

assassinadas e as crianças que ficaram órfãs devido a este flagelo, manifestando repúdio por todas as formas de violência que atentam os direitos humanos.

Números que as estatísticas de 2016, apresentadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima estabelecem em 5 226

mulheres assinaladas como vítimas de violência. 14 por dia. 100 por semana. Cerca de 60% dos casos totais de violência registados em 2016, independentemente do sexo ou idade. Dados em que o distrito de Setúbal apresenta 399 casos registados.

É neste contexto que a

autarquia considera que a violência contra as mulheres é "uma realidade que afeta milhares de pessoas, constituindo uma das tipologias criminais mais registadas em Portugal". E afirma que "os números relacionados com as vítimas de violência doméstica e os femicídios daí resultante devem envergonhar todos e constituir motivo de reflexão sobre a sociedade que se deseja".

Uma mensagem que reflete sobre a necessidade continuar a consciencialização social e a defesa de quem está vulnerável. "Não podemos baixar os braços nesta luta e devemos indignar-nos e repudiar todas as situações que atentem contra os princípios constitucionais da dignidade humana, da igualdade entre homens e mulheres e não discriminação".

Ana Martins Ventura



ID: 72389960

25-11-2017

HOMICÍDIOS CONJUGAIS EM 2017

20/11
SANDRINA, 37 ANOS
Esfagueada pelo marido
Caldas da Rainha
Os três filhos, de 13, 9 e 2 anos, estavam a dormir quando Claude matou a mulher com vários golpes no pescoço, em Chão da Parada. "A vida não é o que parece", deixou escrito numa folha. Tentou suicidar-se, mas sobreviveu.

1/11
CARLA ISABEL, 48 ANOS
Baleada pelo ex-marido
Vila Nova de Gaia
Agostinho estava proibido de contactar com a ex-mulher. Ele tinha pulseira eletrónica, ela um alarme de proximidade. Naquele dia não o levou. Encontraram-se em Gaia, para onde Carla tinha fugido com os filhos, devido aos maus tratos. Descobriram-na numa carrinha junto à Praia da Madalena, baleada na nuca. Ele suicidou-se.

30/10
ANA ESTREITO, 44 ANOS
Asfixiada pelo ex-marido
Porto (Baixa)
Ana foi encontrada em casa com uma peça de roupa na boca que a sufocou. Foi morta pelo homem com quem viveu 13 anos — era obcecado por ela. Aparecia no trabalho, em casa. Ou era dele ou de ninguém. Ana nunca apresentou queixa, apesar das ameaças de morte. A PJ deteve o homicida dez dias depois.

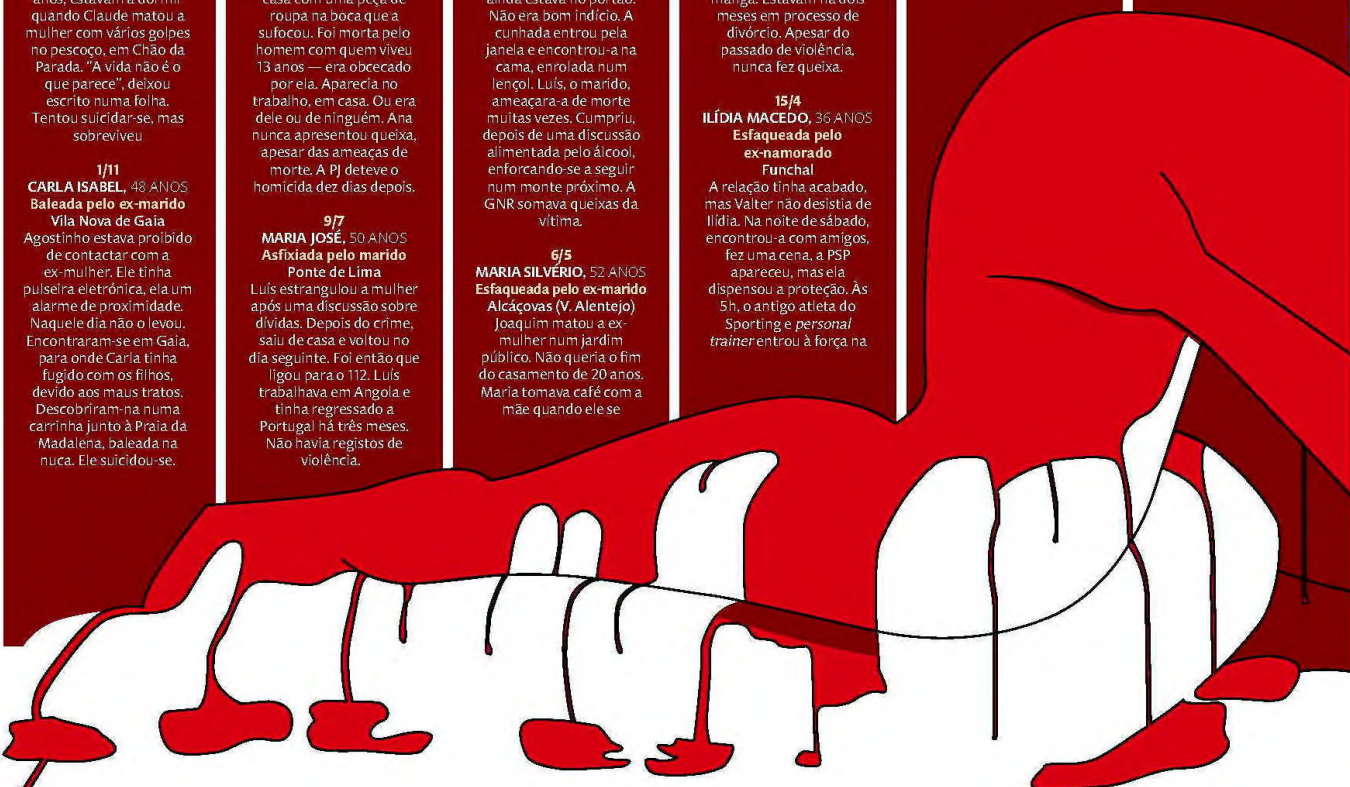
9/7
MARIA JOSÉ, 50 ANOS
Asfixiada pelo marido
Ponte de Lima
Luís estrangulou a mulher após uma discussão sobre dívidas. Depois do crime, saiu de casa e voltou no dia seguinte. Foi então que ligou para o 112. Luís trabalhava em Angola e tinha regressado a Portugal há três meses. Não havia registos de violência.

5/7
FÁTIMA, 50 ANOS
Morta pelo marido
Penafiel
À tarde, o saco do pão ainda estava no portão. Não era bom indício. A cunhada entrou pela janela e encontrou-a na cama, enrolada num lençol. Luís, o marido, ameaçara-a de morte muitas vezes. Cumpriu, depois de uma discussão alimentada pelo álcool, enforcando-se a seguir num monte próximo. A GNR somava queixas da vítima.

6/5
MARIA SILVÉRIO, 52 ANOS
Esfagueada pelo ex-marido
Alcáçovas (V. Alentejo)
Joaquim matou a ex-mulher num Jardim público. Não queria o fim do casamento de 20 anos. Maria tomava café com a mãe quando ele se

aproximou e perguntou: "Queres viver comigo ou não?" Ela disse não. Ele esfaqueou-a 30 vezes com um canivete que tirou da manga. Estavam há dois meses em processo de divórcio. Apesar do passado de violência, nunca fez queixa.

15/4
ILÍDIA MACEDO, 36 ANOS
Esfagueada pelo ex-namorado
Funchal
A relação tinha acabado, mas Valter não desistia de Ilídia. Na noite de sábado, encontrou-a com amigos, fez uma cena, a PSP apareceu, mas ela dispensou a proteção. Às 5h, o antigo atleta do Sporting e personal trainer entrou à força na



Sobreviventes Foi por sorte, por milagre, que este ano 23 mulheres não aumentaram as estatísticas da morte por violência doméstica

Na hora da morte, a vida ganhou

Textos **RAQUEL MOLEIRO**
Ilustração **MÁRIO HENRIQUES**

Anabela tinha recebido o aviso de carta registada há uns dias. Não foi logo aos Correios, andou num compasso de espera de negação, como se pudesse adiar o inevitável. Na última quarta-feira abriu-a e lá estava: o julgamento da sua quase morte já tem data, começa no início de 2018, e ela está tudo menos pronta. É como se um pedaço de papel formal deitasse por terra todo o trabalho de recuperação interior dos últimos 11 meses. Desdobrou as páginas e saltou tudo cá para fora outra vez. A voz voltou a tremer, o corpo enroscou-se no sofá e não quer sair, as lágrimas caem do nada. Não é o esmiuçar público do que ocorreu que a transtorna. "É ver o Paulo outra vez." Há uma mágoa grande, quase palpável, quando fala dele, mas não é contra ele. Não sente raiva nem ódio. Só pena. "É pena de não ter resultado. Tenho saudades dos nossos tempos bons. Nós gostávamos mesmo um do outro, sabe? É uma luta muito grande que tenho dentro de mim. Devia deixar de amar quem me tentou matar, não é? Mas não é assim tão fácil", conta Anabela.

Paulo Roque, de 39 anos, e Anabela Lopes, de 37, viviam juntos há um ano e sete meses em Grândola, quando ela saiu de casa. As agressões tinham-se tornado comuns, e ela já não conseguia agarrar-se aos momentos bons para se manter por lá. "Não me separei por não gostar dele, mas porque era vítima. Ele era uma pessoa do 8 ao 80. Tanto era carinhoso como de repente virava bicho", recorda. E lembra os olhos negros, a face encostada ao pescoço, os ciúmes doentios. "Não havia volta a dar. Não se pode estar sempre a viver com medo." No dia 2 de dezembro de 2016, Anabela pôs um ponto final na relação. A decisão não agradou a Paulo. Um dia convidou-a para um café. "Só mais tarde percebi o que ele então me disse: 'Goza bem o Natal e o Ano Novo, que no início do ano as coisas vão ser bem diferentes.'"

No dia 2 de janeiro de 2017 raptou-a. O carro dela foi encontrado na berm da estrada, com o vidro do condutor partido,

a chave na ignição e as portas trancadas. "Arrancou-me de lá à força. Disse que íamos para fora e nunca mais voltávamos. Nunca pensei que ele me tentasse matar, mas tive medo de não voltar a ver os meus filhos." Durante os quatro dias do sequestro chegaram a atravessar a fronteira, mas o agressor acabou por regressar pela calada à aldeia. "Vi na televisão, no programa da Cristina e do Goucha, que andavam à minha procura e que suspeitavam que tinha sido o Paulo", conta Anabela. Era o suspeito óbvio. Não só havia queixas contra ele por violência doméstica, como tinha já cumprido sete anos de prisão em Pinheiro da Cruz por abuso sexual de uma enteada. "A última coisa de que me lembro é de ele me dar uns comprimidos. Quando acordei estava no Hospital de Santa Maria".

Vitor Paiva, diretor da PJ de Seníbal, recorda o que falta ao relato de Anabela: "Foi por segundos que não morreu. Quando o agressor percebeu as movimentações para entrarmos na habitação tentou asfixiá-la. Fomos nós que lhe tirámos do pescoço a abraçadeira de plástico que ficou cravada na pele. Ela estava inanimada e maltratada. Tinha sofrido abusos".

Anabela é uma das 32 sobreviventes de homicídio conjugal de 2017. Em cinco anos, foram 142, segundo a UMAR. Os maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados agrediram-nas para que fosse a última vez. Falharam. Odete (nome fictício) também integra a lista. Só está viva por sorte. Porque no momento em que o marido a tentava afogar no rio Águeda, numa zona erma, passou um vizinho que fazia uma caminhada. E que a ouviu gritar. E gritou também. E fez mais. Com o telemóvel, filmou-lhe o desespero, enquanto José Carvalho, de 66 anos, conhecido como "Zé Mau", lhe empurrava a cabeça para debaixo de água e dizia: "Grita. Hoje não tens tantos que te acudam." Mas teve. O filme de 7 de abril acabou no Facebook e determinou, no dia seguinte, a ida da GNR a casa do casal, em Paredes. Só encontraram Odete, que foi levada para uma casa-abrigo. José foi detido três dias depois pela PJ. Foi o fim de 36 anos de um casamento marcado pela violência doméstica.

O agressor está em prisão preventiva, acusado de homicídio qualificado na forma tentada, entre outros crimes. Do julgamento só falta a leitura da sentença,

#NemMais1MinutoDeSilêncio
Por todas as mulheres vítimas de qualquer forma de violência
ligue 800 202 146



casa da ex-namorada e esfaqueou-a. Há um mês, lílida, que era jurista na Loja do Cidadão, tinha feito queixa por violência.

15/4
(DESCONHECIDA), 52 ANOS
Baleada pelo marido
Alcântara (Lisboa)
O casal estava a discutir. Cenas de cólumes, diz quem os ouviu na Calçada da Tapada. Ele apontou-lhe

uma arma e disparou, suicidando-se a seguir. Não há antecedentes de violência doméstica. Tinham três filhos.

1/4
LINA, 54 ANOS
Morta com machado
pelo marido
Massamá (Sintra)
Era sábado à noite. José,

54 anos, matou a mulher com golpes de machado na cabeça, depois saiu, foi até à sede da PJ em Lisboa e confessou o crime. Os inspetores encontraram Lina, que trabalhava no Continente do Colombo, sentada no sofá, sem vida. José estava de baixa e no dia seguinte ia ser internado em Psiquiatria.

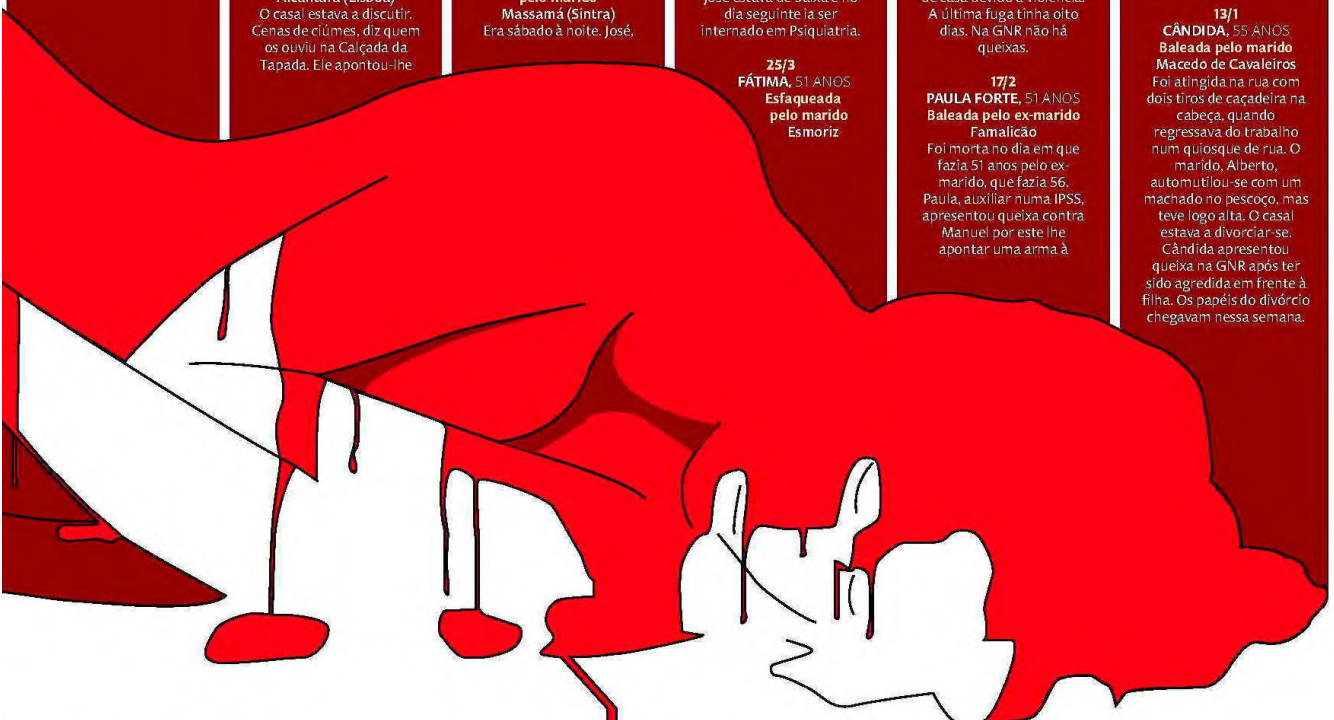
25/3
FÁTIMA, 51 ANOS
Esfaqueada
pelo marido
Esmoriz

Os gritos ouviram-se na rua. Os vizinhos viram Fátima pedir ajuda na janela da marquise, mas José puxou-a para dentro. O sangue nas cortinas confirmou o crime. A mãe de Fátima perdera a conta às vezes que a filha saíra de casa devido à violência. A última fuga tinha oito dias. Na GNR não há queixas.

17/2
PAULA FORTE, 51 ANOS
Baleada pelo ex-marido
Famalicão
Foi morta no dia em que fazia 51 anos pelo ex-marido, que fazia 56. Paula, auxiliar numa IPSS, apresentou queixa contra Manuel por este lhe apontar uma arma à

cabeça. Faltavam cinco dias para sair o divórcio. Ele estava proibido de se aproximar, mas há seis meses que a perseguiu. Paula até tinha reforçado as janelas da casa. Ele deu-lhe dois tiros no peito, suicidando-se de seguida.

13/1
CÂNDIDA, 55 ANOS
Baleada pelo marido
Macedo de Cavaleiros
Foi atingida na rua com dois tiros de caçadeira na cabeça, quando regressava do trabalho num quiosque de rua. O marido, Alberto, automutilou-se com um machado no pescoço, mas teve logo alta. O casal estava a divorciar-se. Cândida apresentou queixa na GNR após ter sido agredida em frente à filha. Os papéis do divórcio chegavam nessa semana.



marcada para 6 de dezembro. Odete, que entretanto regressou a casa, está aterrorizada com o aproximar da decisão. Receia que “Zé Mau” saia em liberdade e que, com isso, acabem com a dela. Se ele voltar, ela tem de partir.

Sandra Manuel, de 38 anos, já conhece a sentença de Edgar Alves, o companheiro com quem vivia há seis anos e que a 10 de fevereiro de 2014 tentou tirar-lhe a vida. “Inimputável. Como é possível? Ele tinha problemas psiquiátricos, mas levava uma vida normal com a medicação. Trabalhava como vigilante, tinha o cartão do MAL. O MAL considerava-o apto para trabalhar, mas a Justiça acha que não é responsável por me ter tentado matar. Eu, por outro lado, estou condenada a prisão domiciliária perpétua, presa a uma cadeira de rodas, fechada num prédio sem elevador.”

Edgar atirou-a pela janela da sala do apartamento que tinham na Brandoa, num segundo andar. Foram oito metros até ao asfalto. Era de noite, caía um temporal e não havia ninguém na rua. Ele desceu à garagem e nem passou por ela, caída junto à entrada do prédio. Conduziu até Póvoa de Santa Iria e contou aos pais o que tinha feito. Foram eles que a encontraram duas horas depois, inconsciente, com traumatismos nas costas e na cabeça. Puseram-na no carro e foram à GNR.

Sandra não se lembra de nada. Nem da suposta discussão que originou o ataque. Ele nunca fora violento com ela. Até tinham comprado uma viagem de férias à África do Sul. Aos polícias que o levaram, Edgar explicou que tinha sido por causa de um programa de televisão. “Foi o culminar de um dia em que tudo correu mal: o mau tempo anulou uma visita aos avós, cancelou o jogo do Benfica. Ele tinha uma tolerância muito baixa à frustração e às contrariedades. Isto sou eu a tentar encontrar razões. Ele nunca apareceu no julgamento. Nunca mais o vi”, conta Sandra.

Ela continua a viver no andar onde a sua vida mudou. “Um dia tinha tudo, marido, futuro, o meu trabalho como tripulante de ambulância. Agora estou paraplégica, a baixa acabou, e ainda tenho de pagar sozinha a casa que comprei com o Edgar. A seguradora diz que não cobre, porque eu só tenho 80% de incapacidade e preciso de 85%.”

NÚMEROS

18

mulheres foram assassinadas em 2017 em contexto de intimidade (13) e por familiares próximos (5), de acordo com o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR

30

por cento das vítimas mortais tinham apresentado queixa, revela um estudo da PJ que analisou 43 homicídios em Lisboa entre 2010 e 2015

7400

processos de apoio foram abertos anualmente pela APAV a pessoas vítimas de violência doméstica entre 2013 e 2016

32.507

participações de violência doméstica foram feitas em 2016 à PSP e GNR (RASI 316)

Rosa Lopes Monteiro Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

“A cultura machista está em todo o lado”

Treze mulheres assassinadas. Rosa Lopes Monteiro olha para os números de 2017 dos homicídios em relações de intimidade, os mais baixos desde há 14 anos — altura em que a UMAP começou a contabilizá-los —, mas não consegue ficar otimista. Há outras incidências que lhe mostram que a guerra está longe de estar ganha. A violência crescente no namoro revela a perpetuação geracional de valores discriminatórios e violentos, e não há nada mais difícil do que mudar mentalidades.

■ **Pelo terceiro ano consecutivo, o número de homicídios conjugais baixou. A violência doméstica começa finalmente a ceder?** ■ As estratégias de combate estão a resultar. Há mais consciência do problema e mais intolerância social. Essa consciência tem impacto, mas não podemos ainda dizer que há uma relação direta de causa-efeito entre o trabalho desenvolvido e a diminuição dos crimes trágicos. As ocorrências mostram-nos a manutenção de diversas formas de violência, mas sem consequências tão dramáticas.

■ **Ou seja, a violência mantém-se, mas já há recursos para que não acabe em morte...**

■ **Sim. Já há mais capacidade de reação para que não chegue ao ponto máximo. Mas depois temos dados tão preocupantes como os da violência no namoro, que nos dizem que estamos muito longe do que desejamos. As gerações mais novas estão a perpetuar mo-**

delos de forte assimetria entre rapazes e raparigas, existindo uma quase naturalização de situações de violência, de relações abusivas, onde a agressão e a subordinação das raparigas é uma marca. Isso não nos pode fazer sossegar. É uma luta inerminalvel.

■ **Como é que se mudam mentalidades?**

■ Mudando as representações dos jovens. A violência é uma questão de género, um reflexo da persistente subordinação das mulheres, e existe numa relação direta com os estereótipos da masculinidade, muitos ligados à força, ao agressivo. O caminho tem de ser a promoção da igualdade. É como um icebergue em que a violência doméstica é a ponta visível e escondidos estão todos os estereótipos que são as raízes do problema onde temos de atuar.

■ **Esses estereótipos são perpetuados com? Passam de pais para filhos?**

■ Além da herança cultural, atualmente há toda uma cultura pop que incentiva muito a violência e que, de certa maneira, até a estetiza, nas publicidades, no YouTube, nos vídeos... A Estratégia Nacional de Educação pode ser um passo essencial para trabalhar estas questões na escola.

■ **A violência doméstica vai entrar no currículo escolar?**

■ Já há uma disciplina de Cidadania e Desenvolvimento que trabalha várias áreas, incluindo

as questões da violência. Agora, não basta uma cadeira. Temos de ir atacando com projetos específicos na área da violência no namoro. Mas isto tem uma dimensão tão grande e tão grave que não pode ser só feito a nível da cidadania e da educação, tem de convocar todos os domínios.

■ **O acórdão de Barros Moura mostra que os estereótipos existem também na magistratura.**

■ A cultura machista está em todo o lado, está na água que se bebe. Não há profissionais ou setores isentos. Esse foi só um caso extremo de introdução de considerações que já não são deste tempo, completamente desajustadas. Está a ser feita uma articulação com algumas ONG, com a Justiça e com a CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) para apoiarmos as entidades responsáveis pela formação de magistrados, para que tenham instrumentos de intervenção não enviesados ou não estereotipados.

■ **Essa formação também vai alertar para a baixa taxa de condenações e, ainda mais, as penas de prisão efetiva dos agressores, mesmo quando há várias queixas no processo? Lembrem-se o caso Carrilho...**

■ Carrilho já foi condenado a pena suspensa. Ainda assim, há uma condenação, e isso tem o efeito da prevenção geral. Mas sabemos que o impacto social de não haver penas de prisão efetiva ou medidas mais vementes também deve ser considerado.

**“Devia deixar de amar quem me tentou matar”**

Este ano, 13 mulheres foram mortas pelos seus maridos ou ex-companheiros. O Expresso foi à procura das sobreviventes, todas elas marcadas por um crime que não pode continuar a existir. P20



APAV Quase 30 mil pessoas vítimas de violência doméstica foram apoiadas em quatro anos

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou quase 30 mil pessoas vítimas de violência doméstica, na maioria mulheres, entre 2013 e o ano passado. “Não tem havido um aumento do processos de apoio, o que não significa uma tendência de descida nos casos de violência doméstica, pois ainda há muitos casos não denunciados”, referiu ao JN Daniel Cotrim, da APAV. Em média, a associação ajudou 20 vítimas de violência doméstica por dia. Do total das pessoas apoiadas, 25 341 eram mulheres (85,5%) e 4128 homens (13,9%). Os números foram divulgados a propósito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que se assinala hoje.





ID: 72390480

25-11-2017

APAV

Mais de 71 mil crimes em casa

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ➔ Foram apoiadas 29 619 pessoas em quatro anos

SÉRGIO A. VITORINO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ajuda mais de sete mil vítimas de violência doméstica por ano. De 2013 a 2016, socorreu 29 619 pessoas (4128 homens), diz a estatística a propósito do Dia Internacional para a Eliminação

da Violência contra as Mulheres, assinalado hoje. Nesses quatro anos, foram identificados pela APAV mais de 71 mil crimes relacionados com a violência doméstica, entre eles 136 homicídios tentados, 210 violações, 18 867 maus-tratos físicos e 27 082 maus-tratos psíquicos.

Num terço dos casos, o autor do crime foi o cônjuge e 40% das vítimas tinham 26 a 55 anos.

A maioria das vítimas foram-no ao longo dos anos e 39% já havia feito queixa à polícia. A APAV encontrou, em 4 anos, 231 mulheres que eram vítimas há 40 ou mais anos. ●



Muitas vítimas fizeram queixa

DIRETOS RESERVADOS

**PASSOS VISITA A APAV****CRÍTICAS AO GOVERNO**

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, acusou ontem o Governo de António Costa de ter cortado "todos os laços de diálogo com a oposição". Passos visitou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em Lisboa.



PSD propõe agravamento das penas para homicídios durante o namoro

JUSTIÇA O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, anunciou que o partido apresentou ontem um projecto-lei que qualifica o crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro, agravando desta forma a sua moldura penal.

«O crime de homicídio já tem qualificação no âmbito de outro tipo de relações, nomeadamente o casamento, julgamos que é muito importante que essa qualificação se possa fazer também no âmbito da relação de namoro», explicou Passos Coelho, no final de uma visita à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em Lisboa.

O líder social-democrata sa-

lientou que os dados demonstram que, entre 2014 e 2016, o número de vítimas de violência no namoro aumentou quase 60%.

«Significa que é preciso tratar de forma adequada estes crimes, qualificando-os, o que significa agravando a moldura penal», defendeu, salientando que esta iniciativa de alteração ao Código Penal é a forma de o PSD marcar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, que se assinala este sábado.

Quase 30 mil pessoas vítimas de violência doméstica, na maioria mulheres, foram apoiadas pela APAV, entre 2013 e 2016, segundo dados ontem divulgados. ◀

Na maioria mulheres

Perto de 30 mil vítimas de violência doméstica apoiadas em quatro anos

APAV

| Redacção/Lusa |

Quase 30 mil pessoas vítimas de violência doméstica, na maioria mulheres, foram apoiadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), entre 2013 e 2016, segundo dados ontem divulgados. Em 2013, foram apoiadas 7.271 vítimas, em 2014, 7.238, em 2015, 7878, número que baixou para os 7.232 no ano passado, precisam as estatísticas da APAV divulgadas a propósito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que se assinala hoje.

No total, neste período, a associação desenvolveu 29.619 processos de apoio a vítimas de violência doméstica, que se traduziram em 71.098 factos criminosos.

Em média, a APAV ajudou 20 vítimas de violência doméstica por dia. Do total das pessoas apoiadas, 25.341 eram mulheres (85,5%) e 4.128 homens (13,9%). Em 150 casos não é especificado o sexo das vítimas (0,51%).

Segundo as 'Estatísticas APAV – Vítimas de Violência Doméstica 2013-2016', a grande maioria dos casos (95,4%) foram atos criminais, como maus-tratos psicológicos (38,1%), físicos (26,5%) e

ameaças ou coação (17,3%).

A APAV apoiou ainda 120 casos de abuso sexual de crianças, 37 de abuso sexual de menor dependente e 13 de abuso sexual de "pessoa incapaz de resistência" e registou 16 homicídios.

Foram ainda relatados à associação 210 casos de violação, 82 de "subtração de menor" e 197 de coação sexual.

A maior parte das vítimas (40%) tinha idades entre os 26 e os 5 anos, eram sobretudo casadas (34,3%) e viviam numa família nuclear com filhos (42,8%). Os dados mostram também que 3,8% das vítimas (1.670) eram menores de 10 anos e 3,7% (1.396) tinham entre 11 e 17 anos.

As 'Estatísticas APAV – Vítimas de Violência Doméstica 2013-2016' indicam ainda que o número de agressores ultrapassou o número de vítimas (29.619), ascendendo aos 30.312. Em mais de 85% das situações, o autor do crime é homem, com idades entre os 26 e os 55 anos, e é casado. Analisando a relação da vítima com o autor/a do crime, a APAV concluiu que em 34,2% das situações era o marido ou a mulher, em 15,6% dos casos era o companheiro/a, em 12,5% o filho/a, em 9,2% o ex-companheiro/a e em 8,8% o pai ou a mãe.



Centenas marcham em Lisboa contra a violência doméstica

ONTEM Centenas de pessoas, entre as quais deputados e três ministros, marcharam ontem à tarde, em Lisboa, para pedir que «nem mais uma» mulher seja vítima de violência doméstica e para rejeitar qualquer discriminação contra as mulheres. Assinalando o Dia internacional contra a Violência Doméstica, a marcha começou com uma concentração no Largo do Intendente, em Lisboa, onde fo-

ram recordados os nomes das 18 “caídas”, as mulheres que morreram este ano em Portugal vítimas de violência de companheiros ou ex-companheiros, e a forma como foram assassinadas. Entre as mulheres que representaram as vítimas estava a deputada socialista Catarina Marcelino, que foi, até outubro, secretária de Estado da Cidadania e Igualdade.

Os manifestantes marcha-

ram até ao Rossio, ao som de tambores e de palavras de ordem como “A nossa luta é todo o dia, somos mulheres e não mercadoria”, “Não é Não” ou “Deixa passar, sou feminista e o mundo eu vou mudar”. Na marcha, com o lema “Contra a violência machista, age!”, podia ler-se, nos cartazes, mensagens como “Contra a ditadura da heterocultura” ou “Amor não mata, machismo sim”. ◀

ID: 72408503

27-11-2017

FRANCISCA DE MAGALHÃES BARROS

“Nós, vítimas, vivemos em terrorismo familiar”

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ◉ Jovem pintora resistiu à tortura a que foi sujeita, dá a cara e expõe obras como forma de alerta

HENRIQUE MACHADO

Agredida e perseguida durante e já depois do casamento, vítima de obsessão intensificada quando se separou, em 2015, a jovem pintora Francisca de Magalhães Barros, 27 anos, sentiu ainda muito nova na pele o drama da violência doméstica – que este ano já matou 18 mulheres (dados da UMAR). Francisca resistiu, denunciou – tem a correr vários processos no Tribunal de Cas-

“TEM DE HAVER UMA REVOLUÇÃO DOMÉSTICA, NÃO UMA SIMPLES MUDANÇA”

“AS MULHERES TÊM DE EXPOR DE QUALQUER FORMA. DENUNCIAR. EU FAÇO-O NA ARTE”

cais – e dá a cara, agora que está a expor, no Casino Estoril, duas obras que visam alertar para o flagelo. Só ainda não fala do seu caso, “por respeito à Justiça”.
CM – **Qual é o significado do nome ‘As Mulheres da Revolução’ para estas obras?**
Francisca de Magalhães Barros



Francisca de Magalhães Barros expôs, sábado, as suas duas obras ‘As Mulheres da Revolução’, ao lado de pintores consagrados no Salão de Outono da galeria de arte do Casino Estoril

– Deve-se ao facto de ser preciso uma revolução doméstica, não uma simples mudança. Nós, vítimas, lidamos com terrorismo familiar. Tem de existir um colapso do estado familiar atual para uma revolução ao nível penal e da forma de lidar com o fenómeno.

– **Que mensagem é que pretende passar com estas obras?**
– A mensagem que pretendo passar através das minhas obras é que, seja de que forma for, as mulheres têm de expor e falar sobre este assunto. Porque os alertas ainda não são suficientes, infelizmente.

– **A arte foi a forma que encontrou de contribuir para a luta contra um flagelo de que também foi vítima?**
– Sim, comecei a pintar muito nova e, devido às constantes perseguições, tive de deixar de trabalhar noutra área, tendo encontrado uma forma de

me expressar através da arte e de com ela contribuir para dar uma voz, para dar a cara e um nome a este crime. No fundo, para ajudar outras mulheres.
– **As estatísticas dizem que as mortes por violência doméstica diminuíram este ano, mas o número de casos não.**
– Podemos criar estatísticas para a diminuição de uma doença, mas para a violência não existe uma estatística que justifique uma morte que seja

“FACE ÀS CONSTANTES PERSEGUIÇÕES, TIVE DE DEIXAR DE TRABALHAR NOUTRA ÁREA”

“NÃO SE TRATA SÓ DE MORTE FÍSICA, MAS DE MORTE DA ALMA EM ANOS DE ABUSO”

às mãos de um agressor, ou uma agressão, portanto, devemos sorrir perante menos mortes mas com a continuação de violência sistemática? É absurdo. Não se trata apenas da morte física (se for o caso), mas de uma morte da alma ao longo de anos de abuso. ●

PERFIL

Francisca de Magalhães Barros

nasceu a 26 de fevereiro de 1990 (27 anos), em Lisboa, é divorciada e mãe de uma filha. Desde cedo ligada às artes, publicou o primeiro livro de poesia, ‘Ab.sinto’, em 2009 – escrito quando tinha 14 anos –, apresentado por Marcelo Rebelo de Sousa. Pintora, participou em várias exposições e, em associação com a APAV, doou um quadro que está na sede da mesma: ‘As mulheres e a liberdade’.



“Violência, vai além do físico. É muito mais”



[DR]

Direitos Em entrevista a *O Setubalense* sobre o Dia internacional para Eliminação da Violência Contra Mulheres, assinalado a 25 de novembro, Balbina Silva, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Setúbal, fala sobre a violência doméstica e sobre quem mais sofre este tipo de crime.

POR ANA MARTINS VENTURA

São mais 270 postos de atendimento a vítimas de violência doméstica, que o governo estima abrir em 2018, na GNR e PSP. Sobre estes equipamentos a gestora do Gabinete de Apoio à Vítima em Setúbal, Balbina Silva, refere que não sabe ao certo quanto existem no distrito mas, em Setúbal a PSP na sua 2ª Esquadra, localizada no bairro da Bela Vista, “tem de facto uma sala bem equipada para que o atendimento na apresentação de queixa possa ser realizado com todas as condições necessárias a estas vítimas”. Questionada sobre se, este atendimento é suficiente, Balbina Silva comenta que a APAV “tem o feedback de algumas vítimas”, sobre o qual faz silêncio.

Em contacto com o Comando Territorial de Setúbal da GNR e o Comando Distrital da PSP, *O Setubalense* não obteve resposta até ao momento, sobre os postos existentes em Setúbal e o trabalho de proximidade que está a ser realizado.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2016, “o atendimento das vítimas de violência doméstica nas instalações das forças de segurança forças de segurança tende a realizar-se em espaços próprios de modo a garan-

tir a privacidade e o conforto das vítimas. Todas as novas esquadras da PSP e novos postos da GNR possuem salas de atendimento a vítimas. E nas mais antigas foram efetuadas as adaptações possíveis”.

No momento, a gestora deste gabinete da APAV, que abrange uma área muito além de Setúbal, desde a margem sul do Tejo até ao litoral alentejano, considera uma maior preocupação adequar sistemas a um trabalho de parceria, “de modo a que tanto forças de segurança como a associação possam ter acesso a uma mesma base de dados e um mesmo sistema”.

Um longo processo até recuperar um novo contexto de vida

Existe uma opinião comum em que as vítimas de violência doméstica “consideram que a APAV apenas coloca as pessoas em casas abrigos”.

O contexto da violência “não tem uma receita específica, cada caso é um caso”. Em alguns, recorda a gestora, “temos que colocar logo a vítima em situação de abrigo”. Mas o acompanhamento da APAV vai muito além. “De acordo com a problemática que nos é contada, com aquilo que a vítima também quer de nós e de acordo com a avaliação de ris-

co, criamos uma estratégia para apoiar a vítima. Um processo em que nada é feito sem o seu consentimento”. O acompanhamento que se realiza abrange desde “empregos, transferências, habitação, acompanhamento jurídico. E, por vezes, somos nós que damos seguimento à queixa no caso de vítimas que estão demasiado fragilizadas para o fazer”.

Balbina Silva explica que um dos grandes objetivos da APAV quando recebe uma vítima no seu gabinete é tomar medidas sem colocar em risco a segurança da vítima. “Muitas vezes quando chegam até nós ainda não apresentaram queixa e es-

tão a viver em proximidade com o agressor. Por isso a APAV não pode apresentar queixa no imediato, primeiro tem que criar condições de segurança até esta pessoa estar protegida. O RASI refere e os nossos dados estatísticos também: a maior parte dos homicídios ocorrem quando o agressor recebe a primeira notificação e a vítima ainda está a viver no mesmo espaço”.

“É essencial conhecer quando e onde está presente a violência”

Como mensagem a todas as mulheres Balbina Silva alerta. “Quando existe uma agressão física já muitas coisas aconteceram antes. Não é necessário uma pessoa estar marcada fisicamente para apresentar uma queixa de violência. E não é necessário estar marcado fisicamente para conseguir condenar um agressor. A violência vai além do físico. É muito mais”. “Se não nos sentimos bem numa relação. Se existem injúrias, maus tratos psicológicos, controle da vida diária e, por fim, agressão física, em todos esses momentos estamos perante violência”. Por isso pede a todas as mulheres “sempre que tiverem dúvidas, se não se sentirem bem e acharem que a sua vida está completamente controlada, nas mãos de outra pessoa, procurem-nos”.

“Mulheres são grupo de risco enquanto viverem com medo”

No século XXI a mulher ainda é o grupo de maior risco na incidência da violência, em particular, a violência doméstica. Balbina Silva, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima Setúbal não tem dúvidas, “está é uma questão que incomoda a sociedade. Nós ainda não conseguimos evoluir de tal maneira em que a igualdade, a não discriminação e o uso do poder, por parte do homem, seja condenado. Se olharmos em volta, nós próprios, sem querer, somos permissivos a situações que colocam as mulheres

em posição de fragilidade. É mais fácil uma mulher deixar de ter a sua própria vida, porque o marido teve uma oferta de trabalho em outra cidade e tem que o acompanhar”.

Seja numa relação conjugal, com familiares idosos ou de adultos para com crianças, Balbina Silva é assertiva “a violência é sempre um modo de exercer poder sobre a vida do outro”.

Em defesa assume, “algo está a mudar”. Hoje, mulheres na casa dos 50 anos, “estão a dizer ‘não quero mais’”. Mulheres

que ainda consideram “ter muito para viver e a determinado ponto da sua vida colocam um ponto final nesta situação”. Estas são mulheres que “começam a ter noção dos seus direitos e de que vão continuar a ser um grupo de risco enquanto viverem com medo”.

Balbina Silva esclarece “não existe um perfil de vítima”. A violência é transversal a todos os géneros e idades. Crianças, idosos”. Mas afirma, “sim, as mulheres ainda são o grupo de risco. Porquê? Porque nós, sociedade, precisamos mudar”.



Desporto PÁGS. 8 e 10

regresso do Vitória ao Estádio da Luz termina em goleada (6-0)



DAVID DOBES

FC Setúbal perde na Bela Vista pela primeira vez

Eu confio no meu ótico de família.

institutooptico

Óptica Modelo Setúbal
Av. Rodrigues Manito, 105 B
Av. 5 de Outubro, 67 a 73
Telf: 265 229 888 / 265 547 188
Email: geral@opticamodelo.pt
f/opticamodelo

As lentes ideais para si.

COD00

desde 1855

osetubalense

trissemanário regional

SEGUNDA-FEIRA
27. NOVEMBRO. 2017
N.º 566 Ano IV | 4.ª Série

www.issuu.com/osetubalense Preço € 0,50 | Director João Abreu

Família vitoriana juntou-se para nova edição da Corrida

PÁG. 09



ANDRÉ AREIAS

Abertura PÁG. 03

110 anos de Moscatel de Setúbal valorizados e defendidos por mais 26 confrades

Sociedade PÁG. 04

APAV sinaliza mulheres como grupo de risco enquanto viverem com medo

Casa do Largo recebe partilha de ideias e oportunidades na primeira Feira de Voluntariado

PÁG. 05



Vendem-se 2 Apartamentos T3 Remodelados

Avenida Alexandre Herculano, 14 - Setúbal (em frente à escola comercial)

2º Andar - 141,500€ | 3º Andar - 143,500€



Alexandre Herculano, 73-A, Pinhal Novo • 938 792 037 – 210 827 030 • www.eucasa.pt – idalina@eucasa.pt

Gama Ibiza. Oferta de +2.000€ pelo teu carro antigo e 4 Anos de Manutenção.

Start moving.*



SEAT Center Arrábida

SETÚBAL - Av. Mestre Lima de Freitas, 12 - Tel.: 265 542 300 - geral@seatarrabida.pt - www.seatarrabida.pt
BARREIRO - Rua Vasco da Gama, 35 - Tel.: 212 072 548 - agente.jorgenovo@seatarrabida.pt

Campanha válida em Portugal Continental para matrículas até 31/12/2017 em toda a Gama Ibiza. Não acumulável com outras campanhas em vigor. Garantia de 4 anos ou 80.000Km. Manutenção Preventiva por 4 anos ou 80.000Km por SEAT Financial Services. Consumo: 3,9 - 4,9 lts/100km. Emissões CO₂: 101 - 112g/km. *Mexe-te



seat.pt



Homenagem às vítimas de violência doméstica

Combater a violência contra as mulheres é um dever de todos. Nesse sentido, a Câmara de Gaia realiza hoje, pelas 14h30, uma homenagem simbólica para chamar a atenção da sociedade civil para a necessidade de não se virar a cara a esta problemática.

Luís Ferraz

Em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Resolução 54/134) e convidou os governos, organizações internacionais e ONG a organizarem atividades nesse dia, como forma de chamar a atenção do público para o problema. Uma sugestão acolhida por várias entidades nacionais e internacionais, entre elas a própria Câmara Municipal de Gaia, que realiza hoje, pelas 14h30, no edifício dos Paços do Concelho, uma iniciativa que visa juntar

um grupo de figuras da sociedade civil que, inspirados no movimento *'Silent Witness'*, homenageie de forma simbólica as 22 mulheres vítimas de violência doméstica, assassinadas em Portugal, em 2016. A que se segue, pelas 15h30, a cerimónia de entrega do 'Prémio Teresa Rosmaninho - Direitos Humanos, Direitos das Mulheres', no Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner, organizado pela Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.

A escolha deste dia tem por base, precisamente, a data em que, em 1960, as três irmãs Mirabal, ativistas

políticas na República Dominicana, foram brutalmente assassinadas a mando do ditador Rafael Trujillo. A partir daí, 25 de novembro passou a ser uma data de grande importância, principalmente para aquelas que sofrem ou já sofreram violência.

Pretende-se, assim, com esta data alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, nomeadamente casos de abuso ou assédio sexual, maus-tratos físicos e psicológicos.

A este propósito, a APAV recorda que o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange

vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos e que os seus agressores também são de diferentes condições e estratos sociais e económicos. De acordo com os dados da Associação, as mulheres representam mais de 81% das pessoas atendidas na sua rede nacional de 15 Gabinetes de Apoio à Vítima.

Atingir a igualdade de género passa necessariamente por "transformar as regras sociais" e os papéis que subordinam a mulher, defende a diretora regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe, Luiza Carvalho. •



**ANÁLISE
DIGITAL**
Manuel Maria
Rodrigues
AUDITOR DE SEGURANÇA INTERNA

71 mil crimes

Assinalou-se no último sábado o Dia Internacional para a eliminação da Violência Doméstica contra as Mulheres. Apesar de parecer, a abordagem a este tema nunca é excessiva, mesmo que se torne incómoda. E é até bom que esse incómodo se manifeste; é sinal de que atinge o seu objetivo. Impele a que falemos sobre esta praga social. Enquanto existirem mulheres agredidas física e psicologicamente por indivíduos que se julgam seus donos, os alertas devem ser prioridade constante, porque os números, mais do que assustadores, são repug-

URGE SEPARAR, COM TOLERÂNCIA ZERO, O HOMEM MODERNO DO DE NEANDERTAL

nantes, envergonham. A APAV registou, só de 2013 a 2016, 71 mil crimes ligados à Violência Doméstica. O número de homicídios ronda os 250, a que se somam 210 violações, 18 867 agressões físicas, 27 082 agressões psíquicas e por aí fora... Ignóbil. Em 1/3 dos crimes, o autor foi o cônjuge e 39% das vítimas já tinha apresentado queixa às polícias. Cerca de 7 mil vítimas são apoiadas anualmente pela APAV. Relações conjugais ou de namoro num contexto onde a violência é constante, são humilhantes, destrutivas e traumáticas. A solução está na educação familiar e na formação escolar. Desde cedo. Com tolerância zero. Urge separar o Homem Moderno do de Neandertal. ●



APAV Açores



COORDENAÇÃO SILVIA BRANCO | EMAIL silviabranco@apav.pt

Violência doméstica: Quebre o silêncio

Nota de Abertura

#NemMais 1Minuto de Silêncio

#NemMais1MinutoDeSilêncio é o mote da campanha que a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade promove no âmbito do dia 25 de Novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as mulheres.

A campanha foi desenvolvida em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Ministério Público, a APAV, a União de Mulheres Alternativa e Resposta, o Movimento Democrático de Mulheres, a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, a Capazes, a Associação de Mulheres contra a Violência e a Liga Portuguesa de Futebol.

No âmbito desta campanha serão realizadas várias atividades. A APAV Açores realizará no dia de hoje uma ação de rua no Mercado da Graça, em Ponta Delgada.

Importa lembrar que a violência doméstica, tráfico de seres humanos, violação e outras agressões sexuais, casamento forçado, mutilação genital feminina ou assédio sexual são alguns dos crimes praticados contra as mulheres. Nenhum tipo de violência contra as mulheres pode ser tolerado. Junte-se a nós neste movimento e publique a moldura da campanha na sua fotografia de perfil de Facebook!*

Entre 2013 e 2016, a APAV registou 29.619 processos de apoio a vítimas de violência doméstica

A violência doméstica define-se como qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro(a) ou ex-companheiro(a), namorado(a) ou ex-namorado(a), ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade.

Na década de 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou os seus esforços contra a violência doméstica, com a criação da Comissão de Status da Mulher que formulou entre os anos de 1949 e 1962 uma série de tratados baseados em resoluções da Carta das Nações Unidas, que afirma expressamente os direitos iguais entre homens e mulheres, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos que declara que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente a homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza.

Nem Mais 1Minuto DeSilêncio

Por todas as mulheres vítimas de qualquer forma de violência, ligue 800 202 148.

Quem é a vítima?

Aviolência doméstica implica a prática de um ou mais crimes no contexto de uma relação de parentesco, adoção, afinidade ou intimidade (ex: pais/filhos, avós/netos). Existem diferentes tipos de violência:

- › Violência Emocional – qualquer comportamento do(a) companheiro(a) que visa fazer o outro sentir medo ou inútil (ex: ameaçar, humilhar)
- › Violência Social – qualquer comportamento de controlo sobre a vida social do(a) companheiro(a) (ex: impedir contactos com os familiares)
- › Violência Física – qualquer for-

ma de violência física que o agressor(a) inflige no companheiro(a) (ex: esmurrar, pontapear)

- › Violência sexual – qualquer comportamento em que o companheiro(a) força o outro à prática de atos sexuais contra a sua vontade (ex: obrigar a ter relações sexuais)
- › Violência financeira – qualquer comportamento que visa o controlo monetário do companheiro(a) sem que este o queira (ex: controlar o ordenado)
- › Perseguição – qualquer comportamento que visa intimidar o outro (ex: seguir até ao local do trabalho, controlar constantemente os seus movimentos)

Qual o impacto?

Um crime pode afetar as pessoas de modo diferente e estas não reagem da mesma forma numa situação de crime. Reações como pânico geral, estado de choque, receio de morrer, desorientação, são reações comuns e normais nas vítimas de crime.

Existem geralmente um conjunto de consequências de carácter psicológico, físico e social que se manifestam na vítima, podendo estas consequências estender-se também às testemunhas do crime, bem como aos familiares e amigos da vítima, ainda que não tenham testemunhado o crime. Estes efeitos, quer seja de ordem física, psicológica e social manifestam-se de várias formas, tais como: perda de energia, problemas digestivos, dores musculares, tensão arterial alta, pesadelos, tristeza, diminuição da autoestima, dificuldades de memória e de concentração.

Que apoio está disponível?

Em caso de emergência a vítima deverá ligar o número nacional de socorro – 112. Para apresentar queixa do crime ou denunciar, pode dirigir-se a uma esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) ou junto dos Serviços do Ministério Público, devendo solicitar um documento que comprove a queixa ou a denúncia efetuada.

A vítima de violência doméstica tem direitos independentemente de ser portuguesa ou de nacionalidade estrangeira. A APAV disponibiliza de forma gratuita, confidencial, qualificada e humanizada, apoio emocional, psicológico, jurídico, encaminhamento social e auxílio em questões práticas às vítimas de violência doméstica.*



ID: 72499478

03-12-2017

Estabelecimento Prisional do Funchal e PSP fizeram ação de sensibilização sobre o tema

24 homens detidos por violência doméstica

PALESTRA NA CADEIA

Iolanda Chaves

ichaves@jm-madeira.pt

Violência doméstica foi o tema de uma palestra, realizada por um polícia, a reclusos da cadeia do Funchal condenados por este crime.



FOTO: JM

Palestra na cadeia fez parte de uma ação de sensibilidade desenvolvida pela PSP.

Reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal (EPF), condenados por crimes de violência doméstica, assistiram esta semana a uma palestra sobre o tema, inserida no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, assinalado no passado dia 25 de novembro.

Rui Silva, agente da esquadra de Santa Cruz da Polícia de Segurança Pública (PSP), com experiência em policiamento de proximidade há cerca de onze anos, começou por definir violência doméstica, dizendo que "violência doméstica não é só bater", havendo

também a violência emocional e económica. Referiu aqui os casos em que os homens privam as respetivas companheiras de dinheiro como forma de subjugação.

A FAZER AMOR...

Prosseguindo, disse que é um crime público, ou seja, um crime que pode ser denunciado por qualquer pessoa quando há indícios dessa prática entre um casal ou de pais contra filhos.

Relativamente a este aspeto, sublinhou que "ninguém é preso porque alguém acusou", cabendo às autoridades e ao tribunal averiguarem o que realmente se pas-

sa. A propósito, a ajudando a desanuviar o ambiente, falou do caso caricato de um casal que os vizinhos "sinalizaram" mas quando a polícia chegou ao local e lhes bateu à porta ficou a saber que a violência era outra.

"Chegámos, batemos à porta e fomos recebidos pelo casal, os dois, em roupão. Ficámos a saber que afinal eles estavam a fazer amor...", disse.

HOMENS ENTRE AS VÍTIMAS

A ideia de que há homens vítimas de violência doméstica foi também vincada pelo agente Rui Silva. "No ano passado, 14% das

vítimas eram homens", sustentou.

Ao referir instituições como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Presença Feminina, às quais as mulheres recorrem, o polícia disse que estas entidades também dão apoio aos homens com queixas de maus tratos.

A auxiliar o discurso, o polícia usou imagens das campanhas da APAV e vídeos extraídos de um programa de televisão. A maior parte dos reclusos permaneceu calada, mas ainda assim houve quem tenha intervindo com comentários e perguntas,

algumas pertinentes, com base nas experiências por que passaram.

Atualmente, estão detidos, no EPF, 24 homens condenados por crimes de maus tratos contra as respetivas conjugues, não estando aqui contabilizados os condenados por casos que resultaram em morte. Dois reclusos não terão comparecido na sessão, porque, segundo apurámos, se consideraram inocentes.

TRÊS ANOS E QUATRO MESES

No final, um desses reclusos, que nos pediu para não mencionarmos o nome, disse ao JM que gostou da palestra, porque era algo que tinha a ver com ele, condenado a três anos e quatro meses de cadeia, por violência contra a companheira, pena da qual já cumpriu 20 meses.

"Pois, o melhor será cada um ir para o seu lado...", disse à nossa reportagem, a propósito da utilidade da intervenção do agente Rui Silva e depois de ter ouvido também os conselhos do psicólogo Óscar Correia, no encerramento da sessão.

NINGUÉM É DE NINGUÉM

"Dando uma acêcha à sessão, o psicólogo falou da violência no namoro, um fenómeno que afeta jovens dos 14, 15 anos, sobre o qual também interessa refletir e agir, pelos traumas que acarreta e numa perspetiva de prevenção de violência doméstica no futuro.

"Um dia vocês vão sair. Tenham atenção às vossas famílias. Ninguém é de ninguém. Cada pessoa é uma pessoa e deve ser respeitada", aconselhou o psicólogo pedindo aos reclusos para refletirem sobre tudo o que ouviram.

JM

JM

FUNDADO 2015

Obra interrompida em 2012 devido às dificuldades financeiras, é retomada em janeiro por decisão tomada no Conselho de Governo de quinta-feira. A nova ligação em via expresso tem 5.719 metros, incluindo quase um quilómetro em pontes e viadutos e os quatro túneis. Investimento de 34 milhões de euros vai dar trabalho a 250 trabalhadores durante três anos. *pág. 3*



LIGAÇÃO À PONTA DO PARGO É RETOMADA EM JANEIRO



IVA reduzido não chega à Região

IHM lamenta desigualdade fiscal com proposta da Madeira chumbada em Lisboa. *pág. 5*

Pão aumenta em janeiro

Há dez anos que o preço do papo-seco não sofre alterações. *pág. 18*

Venezuela menos tensa

Secretário de Estado das Comunidades revela ao JM o país que encontrou na sua terceira visita *págs. 14 e 15*

24 homens presos por violência contra as mulheres

pág. 7

Quedas, acidentes e agressões marcaram o dia

págs. 11 e 13

CAMPANHA DE ASSINATURAS

FIQUE ATENTO

JM